



Relatório de Auditoria

Prestação de Contas de Prefeito 2017

Processo TCE-PE nº 18100691-1

Cons. RANILSON RAMOS

Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix

**Relatório de
Auditoria**



Processo TCE-PE nº 18100691-1
Prestação de Contas de Prefeito 2017
Cons. RANILSON RAMOS

SEGMENTO

Gerência de Contas de Governos Municipais (GEGM)

SERVIDOR(A) DESIGNADO(A)

JORGE LUIS PEREIRA PORTELA

UNIDADE JURISDICIONADA

Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix

Documento Assinado Digitalmente por: JORGE LUIS PEREIRA PORTELA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 69e138b5-8e57-4413-be91-bc7771767605



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	5
2.1 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)	6
2.2 PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO	9
2.3 CRÉDITOS ADICIONAIS	10
2.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	12
2.4.1 RECEITA ARRECADADA	14
2.4.2 DESPESA REALIZADA	17
3 GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	20
3.1 CONTROLE POR FONTE/DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	22
3.2 ASPECTOS RELACIONADOS AO ATIVO	24
3.2.1 DÍVIDA ATIVA	25
3.3 ASPECTOS RELACIONADOS AO PASSIVO	29
3.4 RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	31
3.5 CAPACIDADE DE PAGAMENTO DE DÍVIDAS DE CURTO PRAZO	33
4 REPASSE DE DUODÉCIMOS À CÂMARA DE VEREADORES	35
5 GESTÃO FISCAL	38
5.1 DESPESA TOTAL COM PESSOAL	39
5.2 DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	41
5.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	42
5.4 RESTOS A PAGAR DO PODER EXECUTIVO	43
6 GESTÃO DA EDUCAÇÃO	45
6.1 APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	50
6.2 APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	51
6.3 LIMITE DO SALDO DA CONTA DO FUNDEB	52
7 GESTÃO DA SAÚDE	53
7.1 APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	56
8 GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	57
9 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	58
9.1 TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO	59
10 RESUMO CONCLUSIVO	61
10.1 IRREGULARIDADES E DEFICIÊNCIAS	62
10.2 POSSÍVEIS REPERCUSSÕES LEGAIS	64
10.3 TABELA DE LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	65
10.4 SUGESTÃO DE DETERMINAÇÃO E RECOMENDAÇÃO	66

Documento Assinado Digitalmente por: JORGE LUIS PEREIRA PORTELA
 Acesse em: https://etc.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam?Codigo_documento:69e138b5-8e57-4413-be91-bc7771767605



1 INTRODUÇÃO

Este relatório de auditoria tem por objetivo analisar a prestação de contas do Prefeito do Município de Camocim de São Félix, enviada a este Tribunal pelo Sr. GIORGE DO CARMO BEZERRA, relativa ao exercício de 2017, e subsidiar a emissão do respectivo parecer prévio, na forma do artigo 86, § 1º, inciso III, da Constituição Estadual e do artigo 2º, II, da Lei Estadual nº 12.600/2004.

A análise técnica e o parecer prévio deste Tribunal sobre as contas anuais de governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo municipal ou o seu julgamento pela Câmara Municipal não eximem de responsabilidade os administradores - inclusive o Prefeito, quando ordenador de despesa - e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta ou indireta, de qualquer dos Poderes e órgãos do município, bem como aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, nem obstam o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas, em consonância com os artigos 29, § 2º e 30, inciso II, da Constituição Estadual.

A prestação de contas mencionada, recebida por esta Corte em 28/03/2018, dentro do prazo estabelecido no art. 24-A da Lei Estadual nº 12.600/2004, foi autuada sob o nº 18100691-1 e deve consolidar as contas dos Poderes Executivo e Legislativo municipal. As informações do Poder Executivo, por sua vez, devem apresentar os resultados das administrações direta e indireta constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, incluindo os fundos especiais.

Os exames foram conduzidos de acordo com as normas e procedimentos gerais relacionados ao Controle Externo, segundo Resolução TC nº 13/96, compreendendo:

- Análise quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial;
- Análise dos resultados consolidados da entidade e dos instrumentos de planejamento governamental;
- Verificação quanto à conformidade às normas constitucionais, legais e regulamentares, bem como observância de limites estabelecidos nas normas constitucionais e infraconstitucionais;
- Observância às normas legais vigentes, incluídas as resoluções e decisões deste Tribunal;
- Análise das peças que integram a prestação de contas, bem como dos demais documentos posteriormente juntados ao processo.

Registre-se que o Sr. GIORGE DO CARMO BEZERRA atuou como ordenador de despesas da Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix, conforme relação dos responsáveis da prestação de contas de gestão de 2017, disponível no sistema de processo eletrônico do TCE-PE¹.

¹ <http://etce.tce.pe.gov.br/epp/ConsultaPublica/listView.seam>



2

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Objetivos:

- Analisar a conformidade do conteúdo da Lei Orçamentária Anual (LOA) em relação aos dispositivos legais, em especial sobre a autorização para abertura de créditos adicionais e sobre as operações de crédito.
- Verificar a existência da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso. Caso exista programação financeira, verificar o atendimento do previsto no artigo 13 da LRF, ou seja: se as receitas previstas foram desdobradas em metas bimestrais de arrecadação e, quando for o caso, se houve especificação da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.
- Verificar se todos os créditos adicionais abertos foram autorizados pelo Poder Legislativo, bem como se existiam fontes de recursos para a abertura de créditos.
- Demonstrar a execução do orçamento municipal e o resultado orçamentário (de superavit, equilíbrio ou deficit).
- Verificar se as estimativas de receita consignadas na LOA refletem a real capacidade de arrecadação municipal.
- Verificar se os tributos municipais foram efetivamente arrecadados.
- Verificar a correção dos valores de receitas e despesas registrados nos demonstrativos contábeis.
- Evidenciar o desempenho da despesa municipal realizada, bem como a representatividade dos restos a pagar processados e não processados.



2.1 Lei Orçamentária Anual

A Lei Orçamentária Anual (LOA) estabelece o orçamento municipal. É a peça onde são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo. O orçamento é um instrumento que contribui para a transparência das contas públicas ao permitir que todo cidadão acompanhe e fiscalize a correta aplicação dos recursos públicos.

A estimativa da receita e a fixação da despesa do exercício de 2017 foram estabelecidas na Lei Municipal nº 505, de 25 de outubro 2016 (documento 54), conforme apresentado na Tabela 2.1.

Tabela 2.1a Receitas e Despesas na Lei Orçamentária Anual 2017		
Lei Orçamentária Anual	Valor (R\$)	% de Participação
Receita Prevista	44.727.000,00(1)	-
Despesa Fixada (A + B + C + D)	44.727.000,00	-
Orçamento Fiscal (A)	31.006.300,00(1)	69,32
Orçamento da Seguridade Social		
Saúde (B)	9.704.200,00(1)	21,70
Assistência Social (C)	3.698.500,00(1)	8,27
Previdência Social (D)	318.000,00(1)	0,71

Fonte: (1) Lei Orçamentária Anual número 505, de 25 de outubro de 2016 (documento 54)

Primeiramente convém registrar que a receita prevista na Lei Orçamentária para 2017 está superestimada e não corresponde à real capacidade de arrecadação do município. A Tabela 2.1b apresenta dados referentes à previsão da receita na LOA de Camocim de São Félix e o comportamento da arrecadação da receita em 2017 e nos três exercícios anteriores.

Tabela 2.1b Previsão da Receita na LOA e Comportamento da Arrecadação					
Exercício	Receita Prevista (R\$)	Receita Arrecadada (R\$)	% da Receita Arrecadada / Receita Prevista na LOA	Δ ² % da Receita Arrecadada no exercício / arrecadação do exercício anterior	Δ % da Receita Prevista / Receita Arrecadada no exercício anterior
2017	44.727.000,00(1)	34.873.619,64(1)	78%	-8,53%	17,31%
2016	44.516.000,00(2)	38.126.814,65(2)	86%	4,17%	21,63%
2015	44.937.000,00(2)	36.598.517,75(2)	81%	16,88%	43,51%
2014	44.850.000,00(2)	31.311.898,02(2)	70%	14,71%	20,25%
Fonte:	(1) Relatório de Auditoria de Contas de Governo deste Exercício (2) Relatório de Auditoria de Contas de Governo do Exercício Anterior				

A tabela acima demonstra, ainda, que essa superestimação da receita prevista também ocorreu em exercícios anteriores, senão vejamos:

- Em 2014, o Município de Camocim de São Félix arrecadou 70% da receita prevista na LOA para aquele exercício. Ainda assim, a receita prevista para 2015 foi 43,51% maior do que a receita arrecadada em 2014.

- Em 2015, o município arrecadou 81% da receita prevista na LOA para aquele exercício. A receita arrecadada naquele exercício foi somente 16,88% maior do que a receita arrecadada no exercício anterior. Ainda assim, a receita prevista para 2016 foi 21,63% maior do que a receita arrecadada em 2015.

² Este símbolo significa: variação.



• Em 2016, Camocim de São Félix arrecadou 86% da receita prevista na LOA para aquele exercício. A receita arrecadada naquele exercício foi 4,17% maior do que a receita arrecadada no exercício anterior. Ainda assim, a receita prevista para 2017 foi 17,31% maior do que a receita arrecadada em 2016.

Da tabela acima, observa-se que a variação média da receita arrecadada em relação à arrecadação do exercício anterior foi de 10,52% entre 2015 e 2016. Mesmo diante desse histórico de arrecadação, a LOA de Camocim de São Félix para 2017 estimou que a receita de 2017 seria 17,31% maior do que a receita arrecadada em 2016.

De acordo com o art. 12 da LRF:

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Diante do exposto, verifica-se que a receita prevista na LOA do exercício de 2017 estava superestimada e não correspondia à real capacidade de arrecadação do Município de Camocim de São Félix quando considerado o histórico de arrecadações nos últimos anos. Uma das consequências dessa deficiência foi o baixo Quociente de Desempenho da Arrecadação de 0,78 em 2017 (Item 2.4.1).

Quanto aos créditos adicionais, a Lei Orçamentária, Lei nº 505, de 25 de outubro de 2016 (documento 54) dispôs que o Poder Executivo estaria autorizado a abrir créditos suplementares utilizando os recursos de que dispõe o § 1º do artigo 43º da Lei nº 4.320/64. O art. 7º da LOA autorizou previamente a abertura de créditos suplementares diretamente por decreto até o limite de 50% do valor da despesa fixada. O mesmo art. 7º da LOA estipulou que, do limite estabelecido, seria excluído:

- as despesas com pessoal e encargos sociais,
- pagamentos do sistema previdenciário,
- pagamento do serviço da dívida,
- pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde e do Sistema Municipal de Ensino,
- transferências de fundos ao Poder Legislativo,
- despesas vinculadas a convênios, bem como sua contrapartida,
- incorporação de saldos financeiros, apurados em 31 de dezembro de 2016, do excesso de arrecadação de recursos vinculados a fundos especiais e ao FUNDEB, quando se configurar receitas do exercício superior às previsões de despesas fixadas nesta Lei.

Observa-se que a LOA autorizou a modificação do orçamento diretamente pelo Poder Executivo através da abertura de créditos adicionais até o valor de R\$ 22.363.500,00 o que corresponde a 50% da despesa total fixada pela LOA, além das exceções previstas no art. 7º da LOA.

Uma importante função da Lei Orçamentária é servir como instrumento de planejamento das receitas e despesas do Município. A inserção de dispositivo autorizando a abertura de créditos adicionais no percentual supramencionado sugere que tal planejamento apresenta sérias deficiências e é realizado apenas para cumprir uma formalidade legal.

É sabido que planejamentos não são perfeitos e não se realizam exatamente conforme



o esperado no momento de sua concepção. A execução de programas e projetos pode revelar a necessidade de ajustes de prazo, recursos ou até resultados. Fatores econômicos e sociais, que nem sempre são previsíveis e podem fugir ao controle do gestor, muitas vezes exigem alterações no que havia sido planejado. Contudo, a possibilidade de modificar mais de 50% do orçamento anual indica que a Lei Orçamentária não reflete de forma realista o que se pretende fazer com os recursos públicos. Nas palavras de Mauricio Conti, Exmo. Sr. Juiz e professor de Direito Financeiro da USP:

O orçamento é uma lei, sendo, portanto, evidente que deve e se espera seja cumprido. Tendo em vista as peculiaridades da lei orçamentária, já referidas, uma eventual impossibilidade de sua execução nos exatos termos em que foi aprovada não justifica alterações de tal forma significativas que a desfigure por completo, sob pena de inutilizá-la como instrumento de planejamento, de condução da atividade financeira da administração pública e inviabilizando o controle. É tornar a lei orçamentária “letra morta” e verdadeira “peça de ficção”, como chega a ser conhecida, alcunha que não se pode mais permitir que seja merecedora.³:

Adicionalmente, alterações da Lei Orçamentária no volume autorizado na LOA de Camocim de São Félix afastam o Legislativo do processo de autorização de significativas mudanças no orçamento municipal ao longo de sua execução, configurando-se, na prática, em um atentado sutil à vedação contida no art. 167, inciso VII, da CF/1988.

Diante do exposto, entende-se que o limite dado pela LOA para a abertura de créditos adicionais diretamente pelo Poder Executivo através de decreto, com todas as exceções dadas a esse limite, foi exagerado, o que descaracteriza a LOA como instrumento de planejamento e, na prática, afasta o Poder Legislativo do processo de alteração orçamentária.

³ “Flexibilidade orçamentária deve ser usada com moderação”, artigo disponível em <https://goo.gl/X16bD1>.



2.2 Programação Financeira e Cronograma Mensal de Desembolso

A programação financeira visa a compatibilizar realização de receitas com execução de despesas, correspondendo ao fluxo de caixa para o exercício de referência, enquanto que o cronograma mensal de desembolso corresponde ao desdobramento das dotações fixadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) em metas mensais de desembolso, com base na existência e efetivo ingresso de receitas.

A elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso, além de disciplinar o fluxo de caixa, visa ao controle do gasto público frente a eventuais frustrações na arrecadação da receita.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu artigo 8º, determina que o Poder Executivo estabeleça a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso em até 30 dias após a publicação do orçamento, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Uma vez que, ao final de um bimestre, a realização da receita venha a não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes Executivo e Legislativo deverão promover, nos 30 dias subsequentes, a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO (art. 9º da LRF).

A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso do Município de Camocim de São Félix foram encaminhados na prestação de contas (documento 26).

Verificou-se que, em obediência ao previsto no art. 13 da LRF⁴, a programação financeira evidencia o desdobramento das receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação.

Por outro lado, não foi identificada a especificação, em separado, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Não desdobrar no prazo as receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa pode proporcionar o julgamento do Prefeito pela Câmara de Vereadores sobre a ocorrência de infração político-administrativa, por praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática. A sanção prevista é a cassação do mandato (Decreto-Lei 201/1967, artigo 4º, inciso VII)⁵.

⁴ Segundo a LRF:

Art. 13. No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

⁵ BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. 6. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2014. p. 669.



2.3 Créditos Adicionais

O orçamento anual pode ser alterado por meio de créditos adicionais. Por créditos adicionais entendem-se as autorizações não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

A Lei 4.320/64 prevê que os créditos adicionais podem ser de três tipos:

“Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

- I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
- II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.”

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP)⁶:

O crédito suplementar incorpora-se ao orçamento, adicionando-se à dotação orçamentária que deva reforçar, enquanto que os créditos especiais e extraordinários conservam sua especificidade, demonstrando-se as despesas realizadas à conta dos mesmos, separadamente.

A Lei 4.320/64, em seus arts. 42 e 43, estabelece que os créditos suplementares e especiais serão abertos por decreto do Poder Executivo. Para isso, é necessário haver disponibilidade de recursos, prévia exposição justificada e autorização legislativa.

Conforme já identificado no Item 2.1 deste relatório, a Lei Orçamentária, Lei nº 505, de 25 de outubro de 2016 (documento 54) dispôs que o Poder Executivo estaria autorizado a abrir créditos suplementares utilizando os recursos de que dispõe o § 1º do artigo 43º da Lei nº 4.320/64. O art. 7º da LOA autorizou previamente a abertura de créditos suplementares diretamente por decreto até o limite de 50% do valor da despesa fixada. O mesmo art. 7º da LOA estipulou que, do limite estabelecido, seria excluído:

- as despesas com pessoal e encargos sociais,
- pagamentos do sistema previdenciário,
- pagamento do serviço da dívida,
- pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde e do Sistema Municipal de Ensino,
- transferências de fundos ao Poder Legislativo,
- despesas vinculadas a convênios, bem como sua contrapartida,
- incorporação de saldos financeiros, apurados em 31 de dezembro de 2016, do excesso de arrecadação de recursos vinculados a fundos especiais e ao FUNDEB, quando se configurar receitas do exercício superior às previsões de despesas fixadas nesta Lei.

Por conseguinte, considera-se autorizada previamente a abertura de créditos suplementares diretamente por decreto até o limite de R\$ 22.363.500,00, correspondendo a 50% da despesa fixada na LOA que foi de R\$ 44.727.000,00.

⁶ Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição, p. 98 (Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016).



Observou-se a abertura de R\$ 12.671.070,00 em créditos adicionais, todos correspondentes a créditos suplementares por anulação, conforme levantamento a partir do Mapa Demonstrativo das Leis e Decretos (documento 43).

Verificou-se que os créditos foram abertos com fonte de recursos proveniente da anulação de dotações orçamentárias, o que, quantitativamente, não repercute como alteração do valor total orçado das despesas, ou seja, não foi elevado o valor global do orçamento inicial, R\$ 44.727.000,00.

⁷Contudo, em relação ao orçamento inicial, houve uma alteração qualitativa da ordem de 28,33%

Verifica-se, portanto, que não foram abertos créditos adicionais sem autorização do Poder Legislativo.

Documento Assinado Digitalmente por: JORGE LUIS PEREIRA PORTELA
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/ppp/validaDoc.seam> Código do documento: 69e138b5-8e57-4413-be91-bc7771767605

⁷ Percentual oriundo da divisão entre o valor dos créditos adicionais abertos no exercício e o valor da despesa fixada inicial (Tabela 2.1).



2.4 Execução Orçamentária

A execução orçamentária do Município de Camocim de São Félix, no exercício de 2017, apresentou um resultado deficitário de R\$ 1.151.762,90, o qual ocorreu conforme exposto:

Tabela 2.4a Execução Orçamentária			
Descrição	Previsão / Autorização	Arrecadação / Execução	% Executado
Receita Orçamentária (A)	44.727.000,00(1)	34.873.619,64(2)	77,97
Despesa Orçamentária (B) (com alterações orçamentárias*)	44.727.000,00(1)	36.025.382,54(3)	80,55
Deficit de Execução Orçamentária (A - B)		-1.151.762,90	

Observação: Os créditos adicionais abertos no exercício perfizeram R\$ 12.671.070,00.

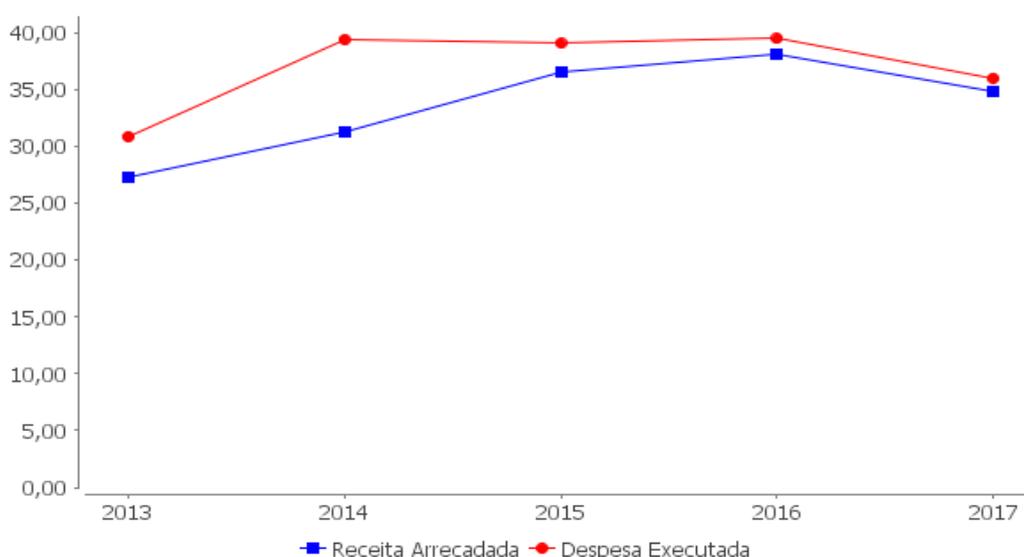
Fonte: (1)Lei Orçamentária Anual número 505, de 25 de outubro de 2016 (documento 54)
(2)Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).
(3)Item 2.4.2 deste relatório (Despesa Executada).
(4)Mapa demonstrativo das leis e decretos referentes aos créditos adicionais (documento 43).

O resultado deficitário alcançado é a materialização de um insuficiente planejamento orçamentário-financeiro do governo municipal, em desconformidade com os fundamentos apregoados na Constituição Federal, em seu art. 37, e na Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece no § 1º de seu art. 1º:

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

A seguir, uma visão do comportamento da arrecadação de receitas e da realização de despesas ao longo de vários exercícios:

Gráfico 2.4a Receita Arrecadada e Despesa Realizada - Camocim de São Félix (2013 a 2017) - Em R\$ milhões



Fonte: Relatórios de Auditoria e Itens 2.4.1 e 2.4.2 deste relatório.



Em suma, o deficit de execução orçamentária guarda relação com os seguintes pontos.

- Baixo percentual de arrecadação da Receita Tributária Própria, em relação à Receita Total arrecadada (Item 2.4.1);
- Baixa arrecadação dos créditos inscritos em dívida ativa (Item 3.2.1);
- Baixo Quociente de Desempenho da Arrecadação (QDA), indicando previsão de receita na LOA bem acima da capacidade de arrecadação do município (Item 2.4.1);
- O município não tem capacidade de honrar imediatamente, ou no curto prazo, seus compromissos de até 12 meses (Item 3.5);
- Empenhar e vincular despesas aos recursos do FUNDEB sem lastro financeiro, em montante acima da receita recebida no exercício, provocando comprometimento da receita do exercício seguinte (Item 6.3).

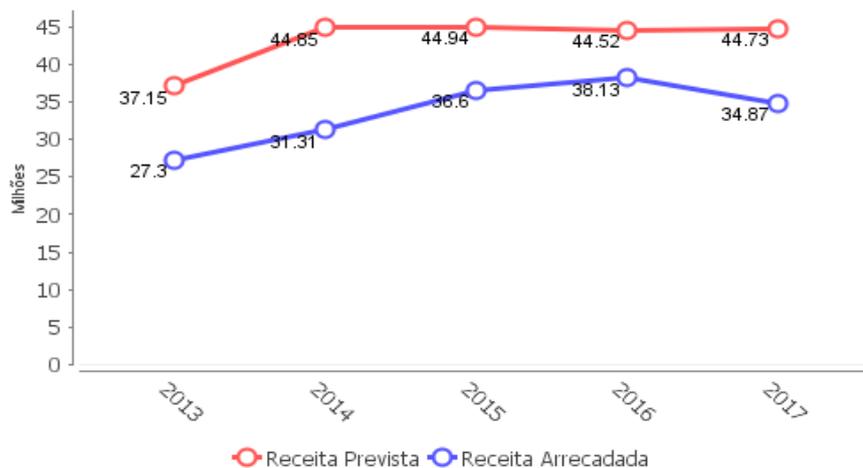
Documento Assinado Digitalmente por: JORGE LUIS PEREIRA PORTELA
Acesse em: <https://tce.te.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 69e138b5-8e57-4413-be91-bc7771767605



2.4.1 Receita Arrecadada

Em 2017, a receita arrecadada pelo Município de Camocim de São Félix atingiu R\$ 34.873.619,64.

Gráfico 2.4.1a Receita Prevista x Receita Arrecadada
Camocim de São Félix (2013-2017) - Em milhões R\$



Fonte:

Receita Prevista 2017: Item 2.4. deste relatório (Balanço Orçamentário).
Receita Arrecadada 2017: Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).
Receita Prevista e Arrecadada (exercícios anteriores): Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior.

O Quociente de Desempenho da Arrecadação foi de 0,78, indicando que o município arrecadou R\$ 0,78 para cada R\$ 1,00 previsto.

Tabela 2.4.1a Quociente de Desempenho da Arrecadação
(Razão entre a receita prevista e a efetivamente arrecadada)

2017	2016	2015	2014	2013
0,78	0,86	0,81	0,70	0,73

Fonte: Ver fontes elencadas no gráfico 2.4.1a

Em relação ao comportamento evidenciado no Gráfico 2.4.1a, percebe-se que há necessidade de reavaliação da metodologia de cálculo empregada quando da elaboração do orçamento. A capacidade de arrecadação do município tem se demonstrado bem aquém da expectativa de receita. Isso compromete a capacidade de planejamento das políticas públicas, haja vista que o gestor passa a agir de acordo com uma expectativa de arrecadação fictícia que, com razoável probabilidade, não se efetivará. Além disso, o superdimensionamento da receita gera uma pressão na vertente do gasto público, induzindo o gestor a gastar eventualmente mais do que a sua capacidade de arrecadação.

De acordo com o art. 12 da LRF:

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da



projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Observe o comportamento das previsões de receita em relação ao efetivamente arrecadado:

Tabela 2.4.1b Comportamento da Receita Corrente e da Receita de Capital				
Item	Previsto 2017 (A)	Arrecadado 2017 (B)	Diferença (A-B)	Percentual Arrecadado (B/A)
Receita Corrente	43.132.892,00	38.378.254,96	4.754.637,04	88,98%
Receita de Capital	5.740.508,00	462.140,06	5.278.367,94	8,05%

Fonte: (A) LOA 2017 (documentos 54) e (B) Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (documento 17).

Percebe-se na tabela acima um exagero nas previsões de arrecadação da receita corrente e da receita de capital, podendo-se dizer, para esta última, que há falha, ao se estimar excessivamente o valor de R\$ 5.740.508,00.

Diante dos números acima, pode-se concluir que as estimativas de receita apresentadas na LOA 2017 apresentaram-se fora de um critério de razoabilidade, não correspondendo à real capacidade de arrecadação do Município de Camocim de São Félix.

Sob o prisma das categorias econômicas, a arrecadação de R\$ 34.873.619,64 em 2017 possuiu a composição apresentada na Tabela 2.4.1c.

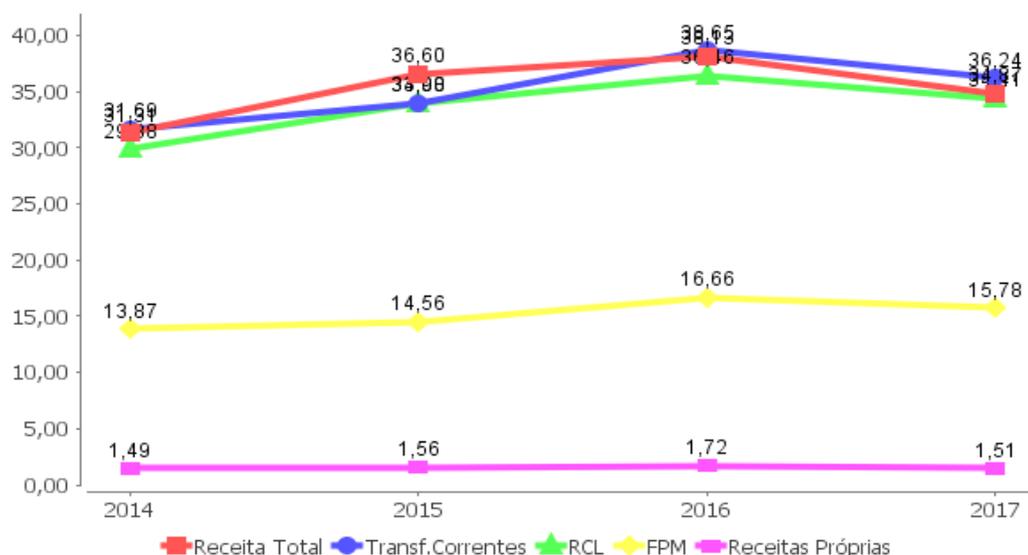
Tabela 2.4.1c Receitas Arrecadadas no exercício de 2017	
Receita	Arrecadação
1. RECEITA CORRENTE	38.378.254,96
Receita Tributária	1.074.049,31(1)
Receita de Contribuições	373.938,69(1)
Receita Patrimonial	118.261,97(1)
Receita Agropecuária	0,00(1)
Receita Industrial	0,00(1)
Receita de Serviços	0,00(1)
Transferências Correntes	36.238.539,15(1)
Outras Receitas Correntes	573.465,84(1)
2. RECEITAS DE CAPITAL	462.140,06
Operações de Crédito	0,00(1)
Alienação de Bens	0,00(1)
Amortização de Empréstimos	0,00(1)
Transferências de Capital	462.140,06(1)
Outras Receitas de Capital	0,00(1)
3. DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.966.775,38(1)
4. RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00(1)
TOTAL DA RECEITA (1 + 2 - 3 + 4)	34.873.619,64

Fonte: (1) Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).

Visualiza-se a seguir o comportamento da arrecadação da receita nos últimos exercícios:



Gráfico 2.4.1b Receita Total, Transferências Correntes, RCL, FPM e Receitas Tributárias Próprias⁸
Série Histórica (2014-2017) - Valores correntes em R\$ milhões



Fonte: Relatórios de Auditoria (2014-2016) e Apêndices I e II deste relatório.

A Receita Corrente Líquida (RCL) do Município de Camocim de São Félix, durante o exercício de 2017, alcançou o total de R\$ 34.411.479,58 (Apêndice II), divergindo com o apresentado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (documento 14) referente ao encerramento do exercício, que foi de R\$ 34.411.479,66. A diferença de R\$ -0,08 a menor no cálculo da auditoria não apresenta relevância material.

Já as receitas tributárias próprias⁹ perfizeram um total de R\$ 1.514.003,11 (Apêndice I deste relatório), equivalentes a 4,25% das receitas orçamentárias arrecadadas.

Em 2017, as receitas de transferências correntes e, dentro destas, a receita do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ambas deduzidas as transferências para o FUNDEB, representaram 92,54% e 40,28%, respectivamente, em relação à receita total.

Por fim, verificou-se que não foram realizadas operações de crédito.

⁸ As receitas tributárias próprias referem-se ao somatório das seguintes receitas: IPTU, ITBI, ISS, IRRF, Taxas, Contribuição de Iluminação Pública e Dívida Ativa Tributária. Os valores destes tributos estão discriminados no Apêndice I.

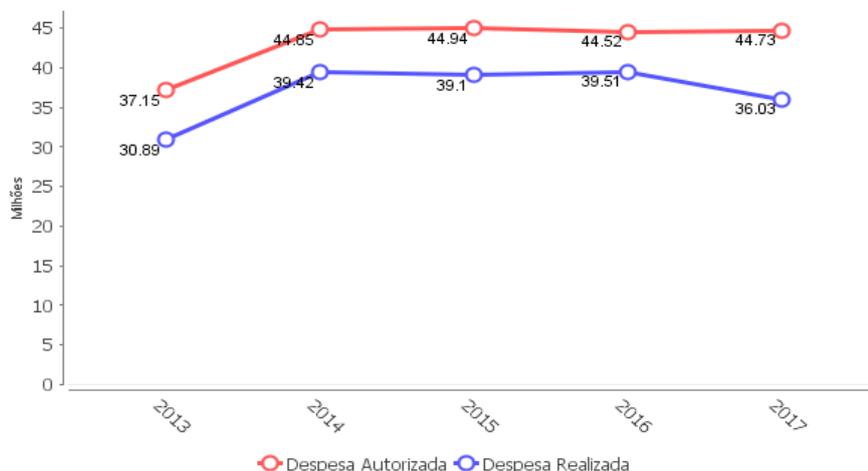
⁹ Idem.



2.4.2 Despesa Realizada

Em 2017, a despesa realizada do Município de Camocim de São Félix atingiu R\$ 36.025.382,54.

Gráfico 2.4.2a Despesa Autorizada x Despesa Realizada
Camocim de São Félix (2013-2017) - Em milhões R\$



Despesa Prevista 2017: Item 2.4 deste relatório (Balanço Orçamentário);
Despesa Realizada 2017: Item 2.4.2 deste relatório (Despesa Executada);
Despesa Prevista e Realizada (exercícios anteriores): Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior.

O Quociente de Execução da Despesa foi de 0,81, indicando que o município empenhou R\$ 0,81 para cada R\$ 1,00 de despesa autorizada, resultando em economia orçamentária.

Tabela 2.4.2a Quociente de Execução da Despesa
(Razão entre a despesa autorizada e a efetivamente realizada)

	2017	2016	2015	2014	2013
	0,81	0,89	0,87	0,88	0,83
Fonte:	Ver fontes do gráfico 2.4.2a.				

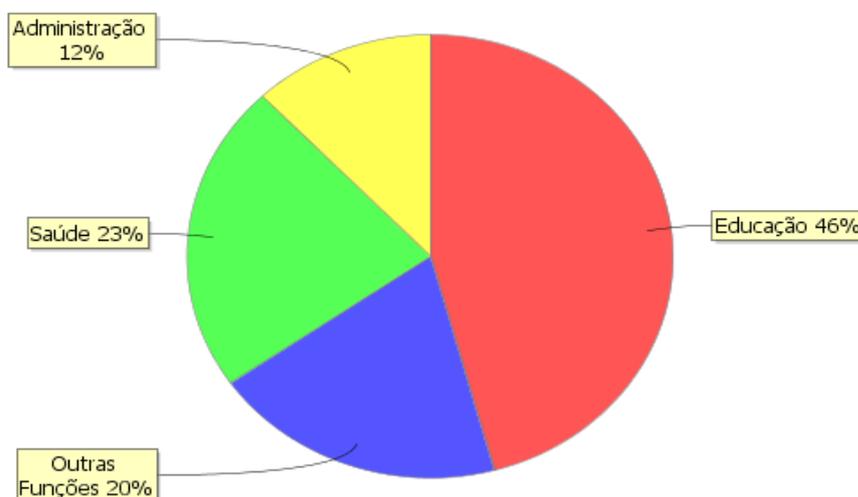
Ressalte-se que o QED indica uma situação de economia orçamentária apenas aparente.

A superestimação da receita na LOA (Item 2.1) leva à fixação de despesas acima da real capacidade de gastos do município, o que, por sua vez, leva à necessidade de limitar as despesas no decorrer do exercício. O resultado é um baixo quociente de execução da despesa.

Sob a ótica da classificação das despesas por função e por categorias econômicas, a distribuição das despesas do Município de Camocim de São Félix (R\$ 36.025.382,54) foi a seguinte:

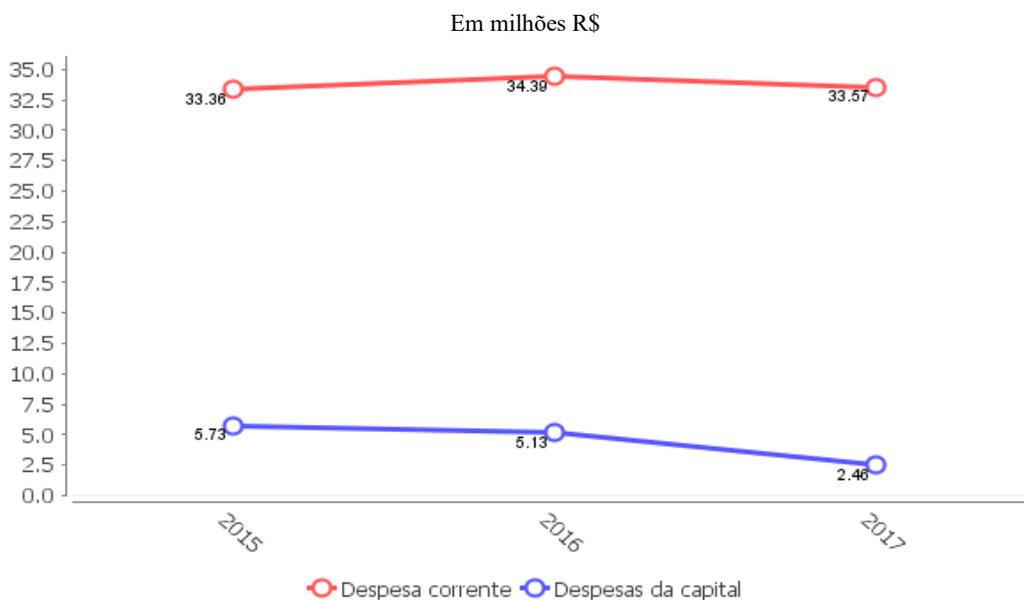


Gráfico 2.4.2b Distribuição da Despesa Empenhada por Função (%) - Camocim de São Félix (2017)



Fonte: (1) Demonstração da despesa realizada, em projetos e atividades, nas respectivas funções e programas (documento 21)

Gráfico 2.4.2d Distribuição da Despesa Empenhada por Categoria Econômica - Camocim de São Félix (2015-2017)



Fonte: Siconfi.

Em relação à natureza das despesas realizadas, convém destacar ainda que a Prefeitura optou por realizar despesas com eventos comemorativos no valor de R\$ 662.730,00 (documento 59), conforme detalhamento abaixo:

Tabela 2.4.2b Despesas com eventos comemorativos		
Descrição	Data(s)	Valores gasto com recursos próprios (em R\$)
FESTA DO PADROEIRO (ESTRUTURA)	27 a 29.01.2017	73.530,00
FESTA DO PADROEIRO (ATRAÇÕES)	27 a 29.01.2017	265.000,00
CARNAVAL (ATRAÇÕES)	25 a 28.02.2017	54.000,00
SÃO JOÃO (ATRAÇÕES)	01, 12, 23, 24 e 28.06.2017	19.200,00
SÃO JOÃO (ATRAÇÕES)	12, 18, 23, 24 e 28.06.2017	188.000,00


Tabela 2.4.2b Despesas com eventos comemorativos

Descrição	Data(s)	Valores gasto com recursos próprios (em R\$)
SÃO JOÃO (ATRAÇÕES)	29 a 30.07.2017	310.000,00
EMANCIPAÇÃO O POLÍTICA	29.12.2017	18.000,00
TOTAL		927.730,00

Fonte: documento 59

Não obstante a realização das despesas com as festividades acima, observou-se as seguintes situações em relação às finanças do município:

- Deficit de execução orçamentária no valor de R\$ 1.151.762,90 (Item 2.4);
- Incapacidade de pagamento imediato ou no curto prazo de seus compromissos de até 12 meses (Item 3.5);
- Inscrição de Restos a Pagar Processados e não Processados a serem custeados com recursos vinculados e não vinculados sem que houvesse disponibilidade de caixa (Item 5.4);
- Contribuições dos servidores ao RGPS não foram recolhidas integralmente (Item 3.4);
- Contribuições patronais ao RGPS não foram recolhidas integralmente (Item 3.4);

Por sua vez, na Tabela 2.4.2c são apresentados valores de inscrição de Restos a Pagar Processados (que correspondem a despesas empenhadas, liquidadas, mas não pagas) e Restos a Pagar Não Processados (despesas empenhadas, mas nem liquidadas nem pagas) do exercício de 2017, bem como sua representatividade em relação à despesa empenhada:

Tabela 2.4.2c Despesa empenhada e Restos a Pagar	
Descrição	Valor (R\$)
Total da despesa empenhada (A)	36.025.382,54(2)
Inscrição de RP processados (B)	1.538.214,19(1)
Inscrição de RP não processados (C)	51.971,11(1)
Percentual de inscrição de RP processados (B/A x 100)	4,27%
Percentual de inscrição de RP não processados (C/A x 100)	0,14%

Fonte: (1)Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (documento 28) e Balanço Financeiro (documento 05)
 (2)Item 2.4.2 deste relatório (Despesa Executada).
 (3)Demonstrativo da dívida flutuante (documento 11)
 (4)Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior



3

GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Objetivos:

- Verificar, a partir do Balanço Financeiro e do Balanço Patrimonial, se houve a evidenciação do controle contábil por fonte/destinação dos recursos, em obediência ao previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).
- Analisar, a partir do Balanço Patrimonial, se o registro da Dívida Ativa respeitou as determinações da STN para adequação à Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NCASP), em especial, se a Dívida Ativa foi evidenciada tanto no Ativo Circulante como no Ativo Não Circulante, bem como se a provisão para perdas foi contabilizada.
- Verificar o impacto nas contas municipais decorrente de eventual ausência de contabilização e/ou recolhimento das contribuições previdenciárias ao RGPS e RPPS.
- Verificar se as provisões matemáticas previdenciárias foram evidenciadas no Balanço Patrimonial do município e do RPPS, bem como se há notas explicativas sobre os valores informados.
- Evidenciar a capacidade do município em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa ou bancos, bem como a capacidade em honrar compromissos de curto prazo contando com os recursos a curto prazo (caixa, bancos, estoques etc.).



3.1 Controle por fonte/destinação dos recursos

A contabilidade no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios deve observar as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Nele está estabelecido que o controle das disponibilidades financeiras por fonte/destinação de recursos deve ser feito desde a elaboração do orçamento até a sua execução, incluindo o ingresso, o comprometimento e a saída dos recursos orçamentários¹⁰.

Com fundamento na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), em seu parágrafo único do art. 8º combinado com o art. 50, inciso I¹¹, o MCASP estabelece, em detalhes, o seguinte sobre a classificação orçamentária por fontes/destinações de recursos¹²:

Na arrecadação, além do registro da receita orçamentária e do respectivo ingresso dos recursos financeiros, deverá ser lançado, em contas de controle, o valor classificado na fonte/destinação correspondente (disponibilidade a utilizar), bem como o registro da realização da receita orçamentária por fonte/destinação.

Na execução orçamentária da despesa, no momento do empenho, deverá haver a baixa do crédito disponível conforme a fonte/destinação e deverá ser registrada a transferência da disponibilidade de recursos para a disponibilidade de recursos comprometida. Na saída desse recurso deverá ser adotado procedimento semelhante, com o registro de baixa do saldo da conta de fonte/destinação comprometida e lançamento na de fonte/destinação utilizada.

Ainda de acordo com o MCASP, o Balanço Patrimonial será composto de: (a) Quadro Principal; (b) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; (c) Quadro das Contas de Compensação (controle); e (d) Quadro do Superavit/Deficit Financeiro¹³.

Este último demonstrativo, o Quadro do Superavit/Deficit Financeiro, apresenta o superavit ou deficit financeiro do exercício, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964. Além disso, deve identificar, detalhadamente, se os recursos são vinculados ou não e, no caso dos vinculados, indicar a finalidade de cada um.

Por conseguinte, o Quadro do Superavit/Deficit Financeiro será utilizado nesta análise com a finalidade de verificar se houve a evidenciação das disponibilidades por fonte/destinação de recursos, de modo segregado¹⁴, segundo previsto no MCASP.

¹⁰ Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição, p. 136 (Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016).

¹¹ Art. 8º (...)

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.” (...)

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I – a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

¹² Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição, p. 136 (Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 10 de dezembro de 2016).

¹³ Ibidem. p. 324.

¹⁴ No Quadro do Superavit/Deficit Financeiro pode ser o caso de algumas fontes de recursos apresentarem saldo superavitário e outras saldo deficitário, contudo o total de todos os saldos deve corresponder ao superavit ou deficit financeiros do exercício (o qual também corresponderá ao resultado da diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro constantes do Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, correspondente ao item (b) do parágrafo anterior no texto deste relatório).



Identificou-se a evidenciação das disponibilidades por fonte/destinação de recursos, de modo segregado, no Quadro do Superavit/Deficit Financeiro, do Balanço Patrimonial, em obediência ao previsto no MCASP. Nesse quadro, encontra-se discriminadamente registrado um deficit financeiro de R\$ 9.113.461,97 (Balanço Patrimonial, documento 6). Além do deficit, foi verificado um ineficiente controle contábil por fonte/aplicação de recursos, o qual permitiu saldo negativo em contas evidenciadas no Quadro do Superavit/Deficit do Balanço Patrimonial, sem justificativa em notas explicativas.

Registre-se ainda que as receitas e despesas orçamentárias informadas no Balanço Financeiro (documento 5) foram apresentadas de forma detalhada, de modo a evidenciar o controle contábil por fonte/destinação dos recursos, discriminando as fontes ordinárias e vinculadas de receitas e suas respectivas aplicações em despesas, em obediência ao previsto no MCASP.

Foi verificado ainda um deficiente controle contábil por fonte/destinação de recursos, uma vez que foram empenhadas e vinculadas despesas aos recursos do FUNDEB sem lastro financeiro, ou seja, em montante acima da receita recebida no exercício, provocando comprometimento da receita do exercício seguinte (Item 6.3).

O deficiente controle contábil por fonte/destinação de recursos também possibilitou inscrição de Restos a Pagar com insuficiência de caixa, conforme narrado no Item 5.4.

Documento Assinado Digitalmente por: JORGE LUIS PEREIRA PORTELA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 69e138b5-8e57-4413-be91-bc7771767605

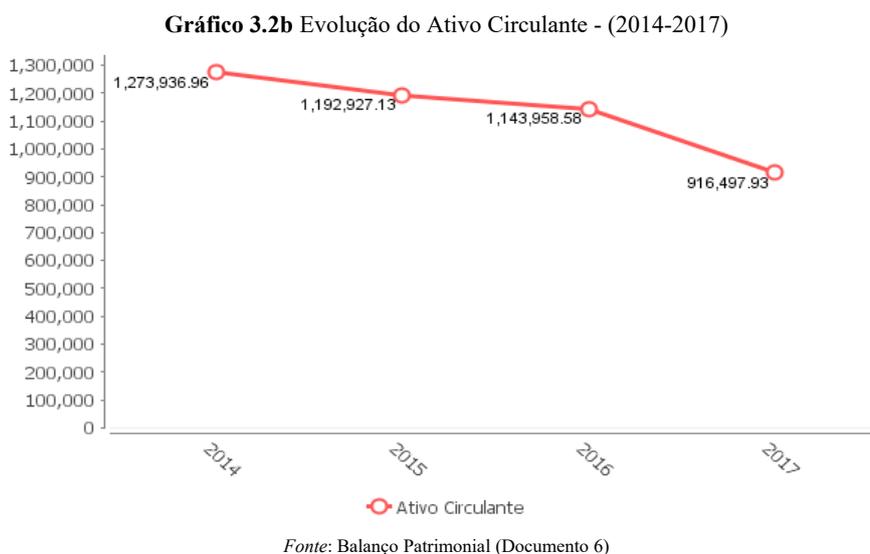


3.2 Aspectos relacionados ao Ativo

Em 2017, 3,17% do Ativo do município era constituído pelo Ativo Circulante e 96,83% pelo Ativo Não Circulante.



Em 2017, o Ativo Circulante, constituído das disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa, bem como dos créditos de curto prazo do município, alcançou R\$ 916.497,93.



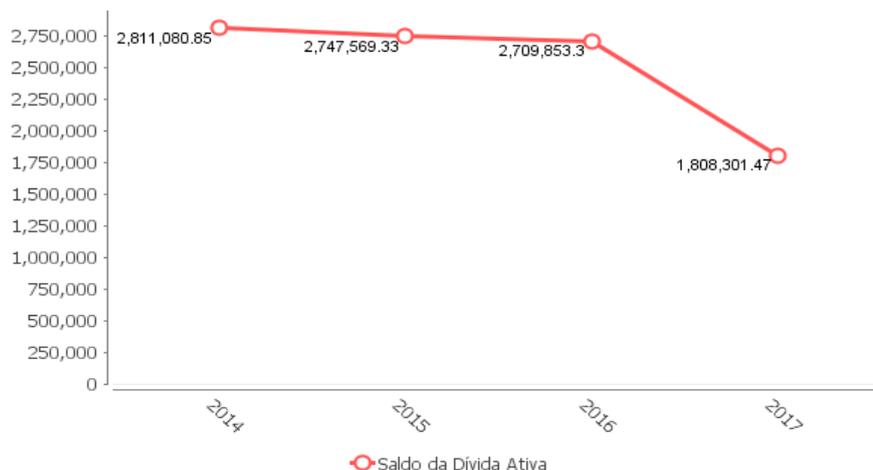


3.2.1 Dívida Ativa

A Dívida Ativa municipal se refere a tributos, multas e créditos em favor do Município de Camocim de São Félix, lançados e não recolhidos no exercício.

Em 2017, o saldo da Dívida Ativa do Município de Camocim de São Félix foi de R\$ 1.808.301,47.

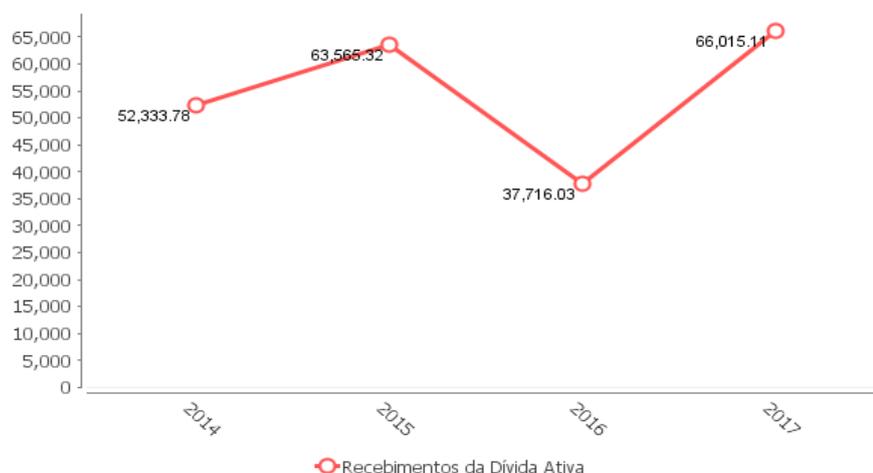
Gráfico 3.2.1a Saldo da Dívida Ativa - em milhares R\$ (2014-2017)



Fonte: (1) Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).
(2) Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior
(3) Balanço Patrimonial do município (Documento 06)
(4) Item 3.5 deste relatório (Capacidade de pagamento de dívidas de curto prazo).

Em 2017, os recebimentos da Dívida Ativa do Município de Camocim de São Félix corresponderam a R\$ 66.015,11.

Gráfico 3.2.1b Recebimentos da Dívida Ativa - em milhares R\$ (2014-2017)



Fonte: (1) Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).
(2) Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior
(3) Balanço Patrimonial do município (Documento 06)
(4) Item 3.5 deste relatório (Capacidade de pagamento de dívidas de curto prazo).



Em 2017, o percentual de recebimentos da Dívida Ativa do Município de Camocim de São Félix em relação ao saldo do exercício anterior foi de 2,44%.

Tabela 3.2.1 Percentual de recebimentos da Dívida Ativa			
2017	2016	2015	2014
2,44	1,37	2,26	2,96

Fonte: Ver fontes do gráfico 3.2.1b.

A Dívida Ativa constitui grupo de avaliação monetária que, em 2017, correspondeu a 6,25% de todos os ativos do município (Balancete Patrimonial, documento 6), apresentando 100% de Dívida Ativa Tributária.

Observa-se acima que o estoque da Dívida Ativa do Município de Camocim de São Félix passou de R\$ 2.709.853,30 em 31/12/2016 para R\$ 1.808.301,47 em 31/12/2017, representando um decréscimo de 33,27%.

A arrecadação da dívida ativa no exercício em análise foi de R\$ 66.015,11, representando 2,44% do saldo em 31/12/2016 (R\$ 2.709.853,30). Tal fato correspondeu a um aumento de arrecadação em relação a 2016, que foi de R\$ 37.716,03. Mesmo assim, o índice de arrecadação é muito baixo.

Verificou-se que não foi inscrito nenhum crédito na Dívida Ativa do município no exercício de 2017, conforme se observa no Balancete de Verificação Anual de final do exercício (documento 12, p.3), quando deveria constar ao menos, por exemplo, os créditos decorrentes de lançamentos do IPTU e de taxas municipais, restando demonstrada a inércia da Administração em proceder à cobrança de seus créditos, em afronta aos princípios expressos da Administração Pública, notadamente o da Legalidade e Eficiência, da Constituição Federal (art. 37, *caput*), ao Código Tributário Nacional (arts. 201 a 204), à Lei Federal nº 4.320/64 (art. 39), e à Lei Federal nº 6.830/80 (arts. 1º e 2º), bem como à Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 13).

Verificou-se que houve uma redução de R\$ 885.154,46 (Balancete de Verificação, documento 12, p.3), ou seja, a baixa foi bem maior do que o valor arrecadado, sem qualquer nota explicativa no Balancete Patrimonial (documento 6).

Considerando que boa parte dos valores registrados na Dívida Ativa não possui alta liquidez (por não ter perspectiva concreta, de fato, de vir a se efetivar como recurso para o ente público), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com base nos Princípios Contábeis da Oportunidade e da Prudência¹⁵, passou a exigir¹⁶ a regular constituição de provisão para créditos inscritos em dívida ativa de recebimento incerto.

O Manual de Procedimentos da Dívida Ativa¹⁷ assim fundamenta:

7.3.6 Os valores lançados como Dívida Ativa, pela própria natureza, carregam consigo um grau de incerteza com relação ao seu recebimento. Especialmente,

¹⁵ Artigos 6º e 10 da Resolução nº 730/2003, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

¹⁶ Portaria nº 564, de 27 de outubro de 2004, que aprova o Manual de Procedimentos da Dívida Ativa (art. 2º).

¹⁷ Idem.



para o caso da União, a relação entre o valor registrado no Ativo e o valor recebido ano a ano é pequena, permitindo concluir-se que apenas essa parcela do valor contabilizado é efetivamente realizada.

7.3.7 No entanto, esses créditos inadimplentes figuram no Ativo da Entidade, ainda que no longo prazo, influenciando qualquer análise que se pretenda sobre os demonstrativos contábeis consolidados. Em atendimento aos Princípios da Oportunidade e da Prudência, faz-se necessário instituir um mecanismo que devolva ao ativo a expressão real do valor contabilizado, tornando-o compatível com a situação da Entidade.

7.3.8 Procedimento adequado às Normas Brasileiras, assim como à Legislação vigente, é a provisão para ativos que dificilmente serão recebidos, ajustando-se o saldo da Dívida Ativa pela resultante do valor inscrito e da conta redutora denominada Provisão para Dívida Ativa de Recebimento Duvidoso. Este procedimento harmoniza as Normas Nacionais de Contabilidade com as Internacionais.

(...)

8.4.1 Em observância aos dispositivos legais pertinentes, os créditos classificavam em Dívida Ativa devem ser inicialmente registrados no Ativo de Longo Prazo, considerando a incerteza intrínseca de sua condição.

8.4.2 No entanto, a ação de cobrança dos órgãos competentes pela gestão do estoque da Dívida Ativa, em todas as esferas de governo, gera um fluxo real de recebimentos, mensurável em cada exercício. Esse fluxo constitui-se em uma base de valores históricos representativa para uma estimativa de recebimentos futuros.

8.4.3 Por outro lado, o sucesso das ações de cobrança acaba resultando em cronogramas de recebimento, firmados com datas e parcelas definidas, por vezes em contratos registrados com garantia reais.

8.4.4 Dessa forma, deve-se reclassificar os créditos inscritos de acordo com a expectativa de sua realização, enquadrando-os como Dívida Ativa de Curto Prazo e Dívida Ativa de Longo Prazo.

De outra parte, a Portaria STN nº 548/2015¹⁸, sob a mesma base conceitual, em seu Anexo I, Item 3.9, demonstra, em quadro resumo, os prazos definidos para que os entes federativos passem a adotar procedimentos relativos aos registros contábeis da Dívida Ativa.

Para os municípios, a adoção de medidas relativas à preparação de sistemas e outras providências de implantação e à obrigatoriedade dos registros contábeis deveria ter ocorrido desde 2015¹⁹. Logo, no Balanço Patrimonial do exercício de 2017 do Município de Camocim de São Félix, deve constar a conta redutora de Ativo: Provisão para Perdas de Dívida Ativa.

Analisando a mencionada peça contábil, verifica-se que a provisão não foi constituída (documento 6).

Além da constituição da provisão, é pertinente analisar o critério de enquadramento dado pela contabilidade municipal para a expectativa de recebimento dos créditos da Dívida Ativa.

Verificou-se que 100,00% do total da Dívida Ativa foram classificados no Ativo Não Circulante do Balanço Patrimonial (documento 6), considerando adequado devido ao grau de

¹⁸ Portaria STN nº 548, de 24.09.2015, publicada no DOU em 29.09.2015, que dispõe sobre prazos e limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

¹⁹ O Anexo I, Item 3.9, da Portaria STN nº 548, de 24.09.2015 (publicada no DOU em 29.09.2015), a qual dispõe sobre prazos e limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual, demonstra, em quadro resumo, os prazos definidos para que os entes federativos passem a adotar procedimentos relativos aos registros contábeis da Dívida Ativa.



incerteza intrínseco a essa receita.

Entende-se relevante comentar que não foram detalhados em notas explicativas os critérios utilizados para a definição da expectativa de realização dos créditos.

Sugere-se à relatoria que determine ao Prefeito, ou a quem vier a sucedê-lo, que elabore notas explicativas sobre os critérios utilizados para a definição da expectativa de realização dos créditos da Dívida Ativa.

Por fim, ao se verificar as informações que integram o “Demonstrativo de Implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público” (documento 27), constata-se que foi concluído.

Documento Assinado Digitalmente por: JORGE LUIS PEREIRA PORTELA
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 69e138b5-8e57-4413-be91-bc7771767605



3.3 Aspectos relacionados ao Passivo

Em 2017, 26,79% do Passivo do Município de Camocim de São Félix era constituído pelo Passivo Não Circulante e 73,21% pelo Passivo Circulante.

Gráfico 3.3a Composição do Passivo

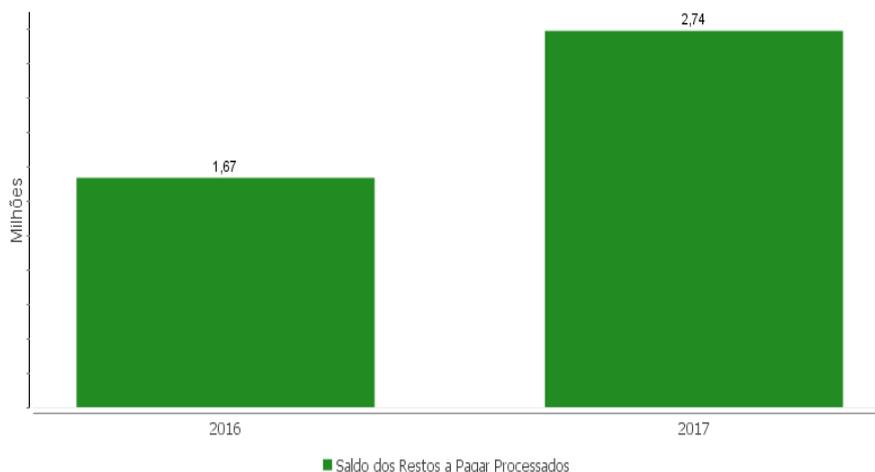


Fonte: Balanço Patrimonial (Documento 6)

No Passivo Circulante, R\$ 2.736.172,52 correspondem a Restos a Pagar Processados.

Observa-se um incremento de 64,07% em relação ao saldo dos Restos a Pagar Processados 2016.

Gráfico 3.3b Saldo dos Restos a Pagar Processados (2016-2017)

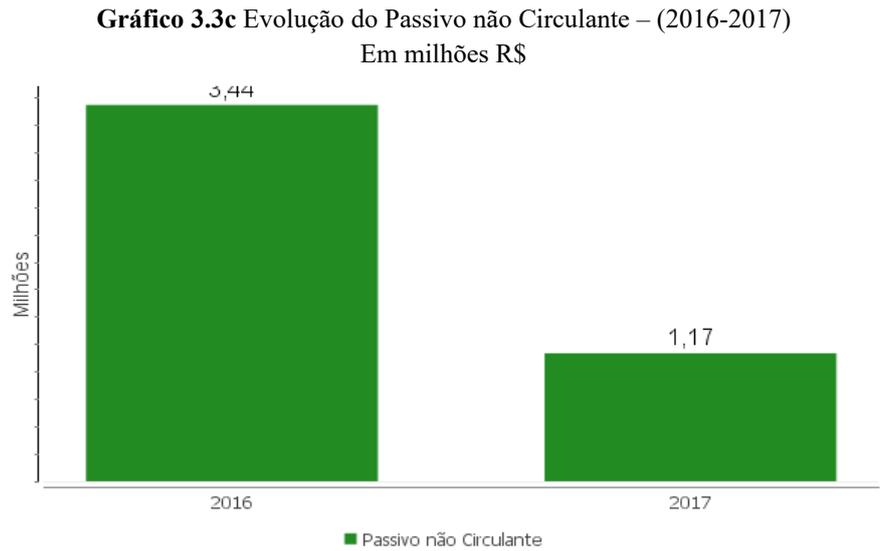


Fonte:

Relatório de Auditoria de contas de governo do exercício anterior e Demonstrativo da Dívida Flutuante 2017 (Documento 11)



Em 2017, o Passivo Não Circulante, constituído das dívidas de longo prazo do Município, correspondeu a R\$ 1.168.172,25(4).



Fonte: Balanço Patrimonial (Documento 6)

Conforme se verifica no Gráfico 3.3b, o saldo dos Restos a Pagar Processados (2016-2017) aumentou, saltando de R\$ 1.667.638,04 para 2.736.172,52.



3.4 Recolhimento de contribuições previdenciárias

Como informado no item 8, o Município de Camocim de São Félix não possui Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Quanto ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, observa-se que o Município de Camocim de São Félix deixou recolher o montante de R\$ 1.070.464,97, conforme demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao RGPS (Tabelas 3.4a e 3.4b), conforme discriminado na seguir.

A arrecadação e o recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) devem obedecer ao disposto na Lei Federal nº 8.212/1991 (artigo 30 e seguintes).

Tabela 3.4a Contribuição dos Servidores ao RGPS					
Competência	Retida (A)	Contabilizada	Recolhida (Principal) ²⁰ (B)	Recolhida (Encargos) ²¹	Não Recolhida (A-B)
Janeiro	119.698,69(1)	119.698,69(1)	119.698,69(1)	0,00(1)	0,00
Fevereiro	128.009,92(1)	128.009,92(1)	128.009,92(1)	0,00(1)	0,00
Março	140.350,98(1)	140.350,98(1)	140.350,98(1)	0,00(1)	0,00
Abril	148.285,54(1)	148.285,54(1)	148.285,54(1)	0,00(1)	0,00
Mai	149.303,45(1)	149.303,45(1)	149.303,45(1)	0,00(1)	0,00
Junho	146.222,98(1)	146.222,98(1)	146.222,98(1)	0,00(1)	0,00
Julho	140.576,32(1)	140.576,32(1)	140.576,32(1)	0,00(1)	0,00
Agosto	139.200,01(1)	139.200,01(1)	139.200,01(1)	0,00(1)	0,00
Setembro	138.422,96(1)	138.422,96(1)	138.422,96(1)	0,00(1)	0,00
Outubro	138.159,47(1)	138.159,47(1)	138.159,47(1)	0,00(1)	0,00
Novembro	131.114,64(1)	131.114,64(1)	131.114,64	0,00(1)	0,00
Dezembro	123.779,62(1)	123.779,62(1)	123.779,62	0,00(1)	0,00
13º Salário	116.549,15(1)	116.549,15(1)	115.630,01	0,00(1)	919,14
TOTAL	1.759.673,73	1.759.673,73	1.758.754,59	0,00	919,14

Registre-se que os casos de ausência de recolhimento de contribuições previdenciárias dos servidores devem ser comunicados ao Ministério Público, conforme disposto na Súmula nº 12 deste TCE-PE1, pois a situação poderá configurar crime de apropriação indébita previdenciária, nos termos do art. 168-A, §1º, inciso I, do Código Penal.

Fonte: (1) Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS (documento 39)

Tabela 3.4b Contribuição Patronal ao RGPS						
Competência	Devida (A)	Contabilizada	Benef. Pagos Diret. ²² (B)	Recolhida (Principal) ²³ (C)	Recolhida (Encargos) ²⁴	Não Recolhida (A-B-C)
Janeiro	268.269,33(1)	268.269,33(1)	4.336,63(1)	263.932,70(1)	0,00(1)	0,00

²⁰ Valor repassado ao INSS a título de principal (valor devido originalmente).

²¹ Valor repassado ao INSS a título de encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mora).

²² Benefícios previdenciários pagos diretamente pelo órgão e deduzidos dos repasses ao INSS.

²³ Valor repassado ao INSS a título de valor principal (valor devido originalmente).

²⁴ Valor repassado ao INSS a título de encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mora).


Tabela 3.4b Contribuição Patronal ao RGPS

Competência	Devida (A)	Contabilizada	Benef. Pagos Diret. (B)	Recolhida (Principal) (C)	Recolhida (Encargos)	Não Recolhida (A-B-C)
Fevereiro	292.095,11(1)	292.095,11(1)	8.642,01(1)	283.453,10(1)	0,00(1)	0,00
Março	321.957,46(1)	321.957,46(1)	13.153,51(1)	308.803,95(1)	0,00(1)	0,00
Abril	339.054,96(1)	339.054,96(1)	11.936,38(1)	327.118,58(1)	0,00(1)	0,00
Maiο	346.756,78(1)	346.756,78(1)	15.026,13(1)	331.730,65(1)	0,00(1)	0,00
Junho	333.743,95(1)	333.743,95(1)	18.575,61(1)	315.168,34(1)	0,00(1)	0,00
Julho	332.868,36(1)	332.868,36(1)	21.165,98(1)	311.702,38(1)	0,00(1)	0,00
Agosto	329.892,83(1)	329.892,83(1)	20.346,06(1)	309.546,77(1)	0,00(1)	0,00
Setembro	327.822,36(1)	327.822,36(1)	15.661,72(1)	312.160,64(1)	0,00(1)	0,00
Outubro	323.993,15(1)	323.993,15(1)	31,07(1)	19.067,35(1)	0,00(1)	304.894,73
Novembro	283.695,36(1)	283.695,36(1)	31,07(1)	19.067,35(1)	0,00(1)	264.596,94
Dezembro	269.588,26(1)	269.588,26(1)	31,07(1)	19.067,35(1)	0,00(1)	250.489,84
13º Salário	252.924,51(1)	252.924,51(1)	0,00(1)	3.360,19(1)	0,00(1)	249.564,32
TOTAL	4.022.662,42	4.022.662,42	128.937,24	2.824.179,35	0,00	1.069.545,83

Fonte: (1) Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS (documento 39)

O pagamento intempestivo das contribuições previdenciárias ao RGPS, ou seu não pagamento, além das restrições previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.212/91, acarreta aumento do passivo do município ante o Regime Geral de Previdência, gerando ônus para o Erário em virtude dos acréscimos pecuniários decorrentes, e comprometem gestões futuras, que acabam tendo que arcar não apenas com as contribuições ordinárias, como também com a amortização, normalmente de longo prazo, de dívidas deixadas por administrações passadas.

A Lei Complementar nº 101/2000 reforça os pressupostos da responsabilidade na gestão fiscal, conforme §1º do art. 1º:

Art. 1º Omissis

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Por fim, ressalta-se que cabe ao governante acompanhar os recolhimentos das contribuições e a situação da municipalidade junto ao(s) regime(s) de previdência, de modo que haja segurança jurídica do conjunto dos segurados que se encontram filiados ao sistema e no pleno gozo dos seus direitos, bem como a garantia ao município de que não haverá formação de passivos futuros capazes de afetar o equilíbrio de contas públicas e o cumprimento das metas fiscais.



3.5 Capacidade de pagamento de dívidas de curto prazo

Um olhar para os valores consignados no Balanço Patrimonial (documento 6) permite analisar de que maneira a execução do Orçamento e as demais operações financeiras realizadas ao longo do exercício de 2017 influenciaram a liquidez do patrimônio do Município de Camocim de São Félix. Esta análise permite prevenir insuficiências de caixa no futuro.

Isso pode ser feito dando-se especial atenção à capacidade financeira de pagamento das obrigações de curto prazo contraídas pelo município, registradas no Passivo Circulante, ou seja, aquelas exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Essa capacidade de pagamento será aferida sob duas formas²⁵:

a) considerando apenas as disponibilidades registradas em Caixa e Bancos (Liquidez Imediata²⁶);

b) considerando todos os recursos realizáveis nos doze meses seguintes à data das demonstrações contábeis (Liquidez Corrente²⁷).

Um índice de liquidez igual ou maior que 1 (um) significa suficiência de recursos para quitação das dívidas de curto prazo. Contudo, um índice menor que 1 (um) evidencia incapacidade de quitá-las, sendo mais grave a situação de liquidez quanto mais próximo de zero for o resultado.

As Tabelas 3.5a e 3.5b apresentam os valores registrados pelo Município de Camocim de São Félix nos exercícios de 2016 e 2017.

Tabela 3.5a Capacidade de pagamento imediato das dívidas de curto prazo		
Descrição	2017	2016
Disponível (A)	914.505,15(1)	679.223,61(2)
Passivo Circulante (B)	3.192.724,81(4)	2.525.332,25(2)
Capacidade de pagamento imediato (C = A - B)	-2.278.219,66	-1.846.108,64
Liquidez Imediata (A/B)	0,29	0,27

Fonte: (1)Balanço Patrimonial do município (documento 06)
 (2)Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior
 (3)Balanço Patrimonial do Regime Próprio de Previdência - RPPS (documento 32)
 (4)Balanço Patrimonial do município (documento 06)
 (5)Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)

²⁵ Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): “A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento”. (Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011, p. 37).

²⁶ 1) Liquidez Imediata (LI) – Disponibilidades / Passivo Circulante: Indica a capacidade financeira da entidade em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa ou bancos. (Fonte: Idem, p. 38).

²⁷ 2) Liquidez Corrente (LC) - Ativo Circulante / Passivo Circulante: A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.). (Fonte: Idem.)


Tabela 3.5b Capacidade de pagamento das dívidas de curto prazo

Descrição	2017	2016
Ativo Circulante (A)	916.497,93(1)	1.143.958,58(2)
Passivo Circulante (B)	3.192.724,81(4)	2.525.332,25(2)
Capacidade de pagamento das dívidas de curto prazo (C = A - B)	-2.276.226,88	-1.381.373,67
Liquidez Corrente (A/B)	0,29	0,45

Fonte: (1) Balanço Patrimonial do município (Documento 06)
 (2) Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior
 (3) Balanço Patrimonial do Regime Próprio de Previdência - RPPS (documento 32)
 (4) Item 3.2 deste relatório

Constata-se que o Município de Camocim de São Félix encerrou o exercício de 2017 demonstrando pouca capacidade para honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo, se consideradas apenas suas disponibilidades de caixa e bancos.

Comparando, então, os valores calculados acima com aqueles obtidos no exercício anterior, observa-se deterioração da capacidade de pagamento dos compromissos realizáveis em até doze meses.

Registre-se que a Procuradoria de Justiça em Camocim de São Félix instaurou inquérito civil nº 001/20201, a fim de investigar o convênio firmado entre a Prefeitura de Camocim de São Félix e o Banco PAN S.A., referente a retenção de recursos dos servidores e não repassado ao Banco PAN S.A (documento 57).

São dois convênios. Um foi assinado entre a Prefeitura de Camocim de São Félix e o Banco Cruzeiro do Sul, em janeiro de 2008 (documento 63) e outro com o Banco PAN, sucessor do Banco Cruzeiro do Sul, assinado em junho 2016 (documento 64).

O valor cobrado pelo Banco PAN S.A é de R\$ 68.664,47 (documento 68). No entanto, não foi possível identificar o referido valor registrado no Balanço Patrimonial, Passivo Circulante (documento 06), nem no Demonstrativo da Dívida Flutuante (documento 11). Por isso, o Passivo Circulante pode estar subavaliado.

Diante disso, faz necessário que a Administração realize Auditoria Interna para apurar se a Prefeitura realmente deve o valor cobrado pelo Banco Pan (documento 68).



4

REPASSE DE DUODÉCIMOS À CÂMARA DE VEREADORES

Objetivo:

- Verificar a tempestividade do repasse ao Poder Legislativo dos duodécimos previstos na Lei Orçamentária (LOA) e a conformidade de seus valores em relação aos ditames constitucionais.



O artigo 29-A da Constituição Federal, com redação dada pelas Emendas Constitucionais nº 25/00 e 58/09, determina que a despesa total do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar percentuais específicos incidentes sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior²⁸.

O § 2º do referido artigo dispõe ainda que o prefeito poderá ser responsabilizado criminalmente na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

- Efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;
- Não enviar o repasse até o dia 20 de cada mês;
- Enviá-lo a menor da proporção fixada na Lei Orçamentária.

É entendimento desta Corte de Contas, manifestado no Acórdão TC nº 154/2012, que o comando constitucional expresso no artigo 29-A é apenas um limite e não gera direito de o Poder Legislativo receber, a título de duodécimos, o valor nele mencionado.

O repasse feito ao Legislativo não necessariamente decorre da aplicação dos percentuais positivados na Constituição Federal (incisos I a VI do artigo 29-A) sobre o somatório da receita efetivamente realizada no exercício anterior²⁹. O repasse está tão somente limitado a esse valor.

De acordo com o Apêndice X, o valor permitido para o repasse de duodécimos ao Poder Legislativo pode ser resumido da seguinte forma:

Tabela 4 Valor permitido de duodécimos x Total de duodécimos repassados à Câmara de Vereadores	
Especificação	Valor
Percentual estabelecido na Constituição Federal	7,00(2)%
Limite Constitucional (em R\$)	R\$ 1.638.021,44
Valor autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA)	R\$ 1.700.000,00
Valor permitido	R\$ 1.638.021,44
Valor efetivamente repassado à Câmara Municipal (sem considerar os inativos)	R\$ 1.643.631,48
Percentual em relação à receita efetivamente arrecadada em 2017	7,02%

Fonte: Apêndice X

A Prefeitura de Camocim de São Félix repassou R\$ 5.610,04 a maior, não cumprindo com o disposto no caput do artigo 29-A, inciso I, da Constituição Federal. Tal fato é passível de enquadramento como crime de responsabilidade do prefeito, de acordo com o § 2º, I, do mesmo artigo 29-A, da Carta Magna.

Os repasses de duodécimos ao Legislativo Municipal efetuados em 2017 foram feitos

²⁸ O Art. 29-A da Constituição Federal estabelece os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

- I - 7% para Municípios com população de até 100.000 habitantes;
- II - 6% para Municípios com população entre 100.000 e 300.000 habitantes;
- III - 5% para Municípios com população entre 300.001 e 500.000 habitantes;
- IV - 4,5% para Municípios com população entre 500.001 e 3.000.000 de habitantes;
- V - 4% para Municípios com população entre 3.000.001 e 8.000.000 de habitantes;
- VI - 3,5% para Municípios com população acima de 8.000.001 habitantes.

²⁹ Receita tributária e de transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, todos da Constituição Federal.



até o dia 20 de cada mês (documento 47), cumprindo o que preceitua o inciso II do parágrafo 2º do artigo 29-A da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 25/2000.

Documento Assinado Digitalmente por: JORGE LUIS PEREIRA PORTELA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 69e138b5-8e57-4413-be91-bc7771767605



5

GESTÃO FISCAL

Objetivos:

- Analisar o cumprimento do limite de despesa total com pessoal do Poder Executivo previsto na LRF (54% da RCL).
- Analisar o cumprimento do limite da dívida consolidada líquida previsto na LRF (120% da RCL).
- Verificar se houve a contratação de operação de crédito e se ela ocorreu com base em autorização legislativa.
- Analisar o cumprimento do limite de operações de crédito (16% da RCL) e do limite do saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita (7% da RCL), previstos na Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º, inciso I.

Verificar se houve inscrição de Restos a Pagar, Processados ou não Processados, sem disponibilidade de recursos, quer sejam estes vinculados ou não vinculados.

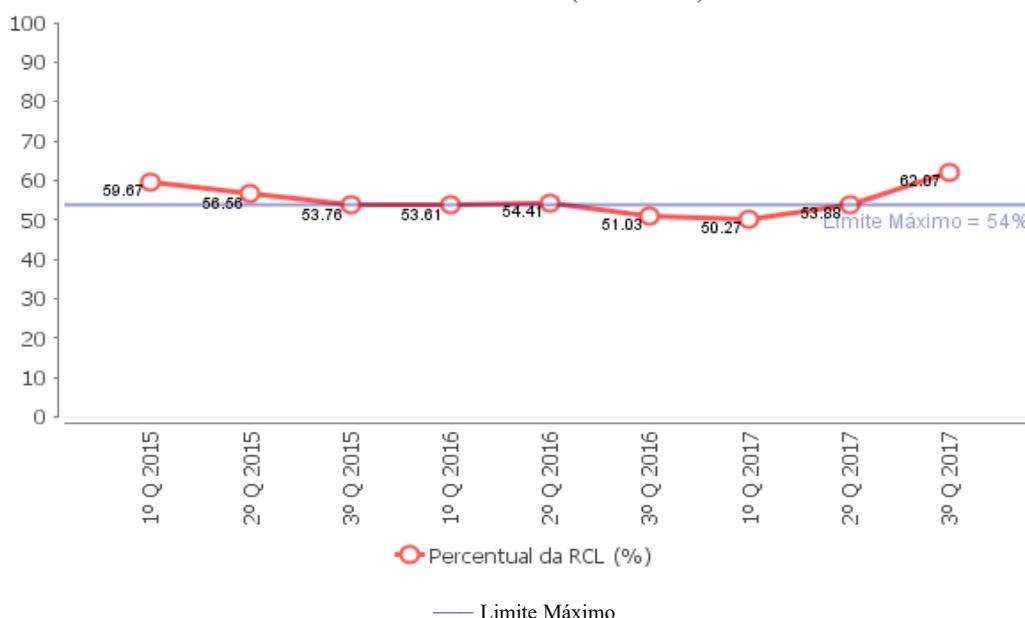


5.1 Despesa Total com Pessoal

A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), em seu art. 20, inciso III, estabeleceu que a despesa total com pessoal do Poder Executivo não deve ultrapassar 54% da Receita Corrente Líquida (RCL) do respectivo período de apuração.

A despesa total com pessoal do Poder Executivo foi de R\$ 21.357.674,80 ao final do exercício de 2017 (Apêndice III), o que representou um percentual de 62,07% em relação à RCL do Município, apresentando diferença em relação àquela apresentada no RGF do encerramento do exercício de 2017, que foi de 61,84% da RCL.

Gráfico 5.1a Percentual da Despesa Total com Pessoal comprometida com a RCL
Camocim de São Félix (2015 a 2017)



Fonte: (1)Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior
(2)Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)
(3)Apêndice III deste relatório (Apuração da DTP).
(4)Apêndice II deste relatório (RCL).

Observa-se, portanto, que a Prefeitura de Camocim de São Félix ultrapassou o limite de despesa total com pessoal, desobedecendo ao previsto na LRF.

Conforme se observa no gráfico anterior, a Prefeitura de Camocim de São Félix desenquadrou-se no 3º quadrimestre de 2017, ultrapassando o limite previsto na LRF.

Segundo o art. 8º da Resolução TCE-PE nº 20/2015:

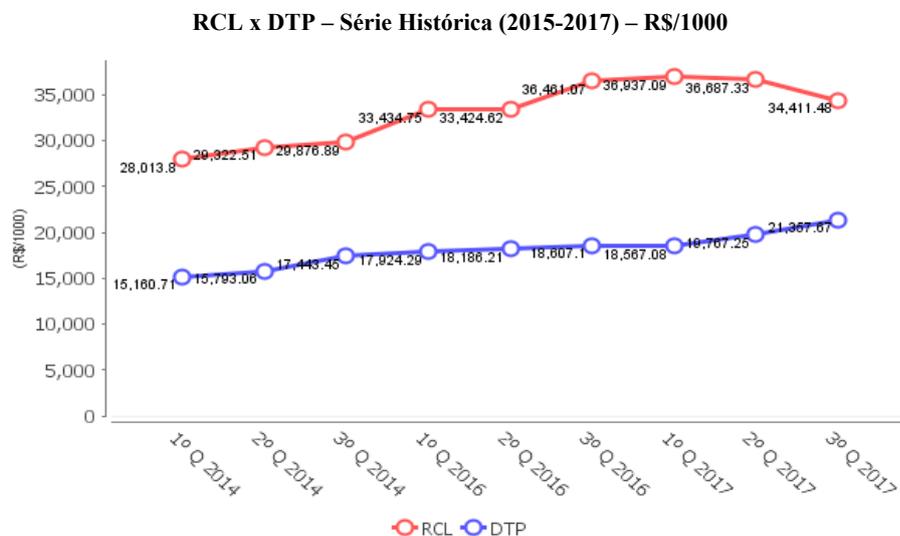
Art. 8º O RGF deverá indicar as medidas corretivas adotadas, ou a adotar, pelo respectivo Poder, caso seja ultrapassado qualquer dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 55 da LRF.

Em nenhum dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) emitidos pela Prefeitura de Camocim de São Félix foram informadas as medidas corretivas para a redução e controle da despesa total com pessoal.



Ressalte-se, ainda, que a referida prefeitura foi alertada regularmente pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, através do ofício TC/GC02 nº 00067/2018, de 2/4/2018 (documento 81), por ter ultrapassado 90% do limite máximo legal (limite de alerta) o comprometimento da sua despesa total com pessoal no 3º quadrimestre de 2017.

Visualiza-se a seguir o comportamento da receita corrente líquida e da despesa total com pessoal de forma conjunta:



Fonte: (1)Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior
 (2)Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)
 (3)Apêndice III deste relatório (Apuração da DTP).
 (4)Apêndice II deste relatório (RCL).

Ressalta-se que, uma vez excedido 95% do limite estabelecido no art. 20 da LRF, o Poder Executivo ficará impedido de:

- conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- criar cargo, emprego ou função;
- alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- dar provimento a cargo público, admitir ou contratar pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; e
- contratar hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias (LRF, artigo 22, parágrafo único, incisos I a V).

Quando extrapolado o limite de despesa com pessoal, e não havendo a redução do excedente no prazo legal, enquanto perdurar o excesso, o ente ficará impedido de:

- receber transferências voluntárias, exceto as relativas a ações de educação, saúde e assistência social;
- obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; e
- contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e redução de despesa com pessoal (LRF, artigo 23, § 3º, incisos I a III, c/c artigo 25, § 3º).



5.2 Dívida Consolidada Líquida

Com objetivo de assegurar a transparência das obrigações contraídas pelo município e verificar os limites de endividamento estabelecidos pela LRF, o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo deve conter o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (DCL)³⁰.

O Senado Federal definiu, através do art. 3º, inciso I, da Resolução nº 40/2001, que a DCL dos municípios está limitada a 120% da receita corrente líquida.

A Dívida Consolidada Líquida do Município de Camocim de São Félix, no encerramento do exercício de 2017, alcançou R\$ 1.168.172,75, o que representa 3,39% da RCL (Apêndice IV), estando enquadrada em relação ao limite estabelecido pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.

O valor acima apurado converge do percentual apresentado pela Prefeitura no RGF do encerramento do exercício de 2017 (documento 56), no qual a relação entre DCL e RCL foi de 3,39%.

³⁰ Conforme artigo 55, inciso I, alínea “b”, da Lei Complementar nº 101/2000.



5.3 Operações de crédito

O RGF do Município de Camocim de São Félix também deverá conter comparativo entre o montante de operações de crédito realizadas, inclusive por antecipação de receita orçamentária, e os limites definidos pelo Senado Federal³¹.

O artigo 7º, inciso I, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, estabelece que em um exercício financeiro o município não poderá exceder o limite de 16% de sua RCL com operações de crédito internas e externas.

Além disso, o art. 10 da mesma resolução limita o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita a 7% da RCL.

De acordo com o Apêndice I deste relatório, verifica-se que a Administração não realizou operação de crédito no exercício de 2017.

³¹ Conforme artigo 55, inciso I, alínea “d”, da Lei Complementar nº 101/2000.



5.4 Restos a Pagar do Poder Executivo

Nos termos do art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64: “Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas”.

Sobre os Restos a Pagar, o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional explica³²:

Para que a despesa seja empenhada, liquidada, paga ou inscrita em restos a pagar, deve, anteriormente, ter sido compatibilizada e adequada à LOA, à LDO e ao PPA, ter sido efetuada a devida programação financeira e a adequada estimativa orçamentário-financeira seguindo os procedimentos licitatórios devidos. (...) Portanto, os restos a pagar constituem instituto que somente existe em consequência da execução orçamentário-financeira da despesa referente à parcela do orçamento empenhada e pendente de pagamento no encerramento do exercício, sendo que a parcela liquidada será inscrita em restos a pagar processados e a pendente de liquidação, em restos a pagar não processados.

Segundo orientação do MDF, os Restos a Pagar do exercício somente poderão ser inscritos, considerando-se a sua vinculação, caso haja disponibilidade de caixa líquida³³.

A Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) prevê, no § 1º, de seu art. 1º, a necessidade de obediência aos limites e condições para inscrição de Restos a Pagar como um pressuposto de responsabilidade fiscal.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. (grifo nosso)

Com objetivo de dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa, os Poderes Executivo e Legislativo municipal devem elaborar o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (Anexo 5 do RGF de encerramento do exercício).

As Tabelas 5.4a e 5.4b a seguir apresentam a situação dos Restos a Pagar e da Disponibilidade de Caixa ao final do exercício de 2017:

Tabela 5.4a Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa			
Descrição	Recursos Vinculados	Recursos Não Vinculados	Total dos Recursos
Disponibilidade de Caixa Bruta (A)	488.509,08(1)	0,00(1)	488.509,08
Restos a Pagar Processados de exercícios anteriores (B)	0,00(2)	1.197.958,33(3)	1.197.958,33
Restos a Pagar Processados do exercício (C)	1.020.889,22(1)	517.324,97(1)	1.538.214,19
Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores (D)	0,00(1)	6.783.271,20(1)	6.783.271,20
Demais obrigações financeiras (E)	456.552,29(1)	456.552,29(1)	913.104,58

³² BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. 7. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2016. p. 609.

³³ BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. 7. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2016. p. 618.


Tabela 5.4a Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa

Descrição	Recursos Vinculados	Recursos Não Vinculados	Total dos Recursos
Disponibilidade de Caixa Líquida (F = A-B-C-D-E)	-988.932,43	-8.955.106,79	-9.944.039,22

Tabela 5.4b Restos a Pagar não Processados por origem dos recursos

Descrição	Recursos Vinculados	Recursos Não Vinculados	Total dos Recursos
Restos a Pagar Não Processados do exercício	22.883,80(1)	29.087,31(1)	51.971,11

Fonte (Tabelas 5.4a e 5.4b):

- (1) ANEXO V do RGF 2017 CAMOCIM retificado (documento 56)
- (2) ANEXO V do RGF 2017 CAMOCIM retificado (documento 56)
- (3) Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)

Ao cotejar, na Tabela 5.4a, o saldo da Disponibilidade de Caixa Bruta (A) por grupo de recursos com o valor dos Restos a Pagar Processados de exercícios anteriores (B), percebe-se que os montantes de R\$ 488.509,08, em recursos vinculados já não eram suficientes para bancar essas obrigações contraídas no exercício anterior no valor de R\$ 1.020.889,22, em recursos vinculados.

O cotejamento anterior (A menos B) permite conhecer a Disponibilidade de Caixa antes da inscrição de Restos a Pagar Processados do exercício (C), sendo possível, agora, verificar se o gestor municipal assumiu compromissos em 2017 em condições de pagá-los.

Verifica-se que, ao encerrar o exercício de 2017, o prefeito não deixou recursos vinculados ou não vinculados suficientes para suportar o montante inscrito em Restos a Pagar Processados de R\$ 1.020.889,22, em recursos vinculados, e R\$ 517.324,97, em recursos não vinculados.

Identifica-se, portanto, que, em 2017, houve a inscrição de restos a pagar processados e não processados sem que houvesse disponibilidade de caixa, caracterizando o desequilíbrio fiscal do governo municipal.

Registre-se que a inexistência de disponibilidade para o pagamento de despesas deste e de outros exercícios poderá comprometer o desempenho orçamentário do exercício seguinte.

 Documento Assinado Digitalmente por: JORGE LUIS PEREIRA PORTELA
 Acesso em: https://etcd.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam?Codigo_documento:69e138b5-8e57-4413-be91-bc7771767605



6

GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Objetivos:

- Verificar o cumprimento do percentual mínimo de aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino previsto na Constituição Federal.
- Verificar o cumprimento do percentual mínimo de aplicação de recursos do FUNDEB na valorização dos profissionais do magistério.
- Verificar se os recursos do FUNDEB foram integralmente utilizados no exercício e, caso contrário, se foram deixados para serem utilizados no primeiro trimestre do exercício subsequente, no máximo, 5% destes recursos.
- Verificar se há controle das despesas vinculadas aos recursos do FUNDEB com a finalidade de evitar a realização de tais despesas sem lastro financeiro.



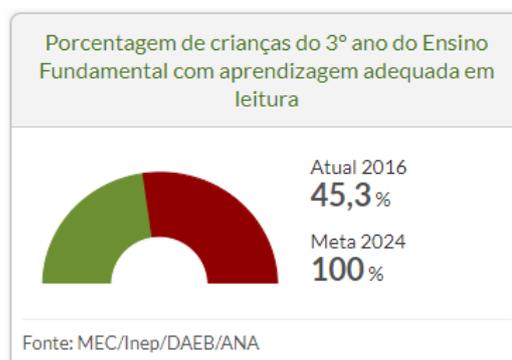
Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, em seu relatório "Aspectos Fiscais da Educação no Brasil", publicado em julho de 2018³⁴:

O Brasil gasta atualmente, em educação pública, cerca de 6,0% do PIB, valor superior à média da OCDE (5,5%) – que engloba as principais economias mundiais – e de pares como Argentina (5,3%), Colômbia (4,7%), Chile (4,8%), México (5,3%) e Estados Unidos (5,4%). Cerca de 80% dos países, incluindo vários países desenvolvidos, gastam menos que o Brasil em educação relativamente ao PIB. (...)

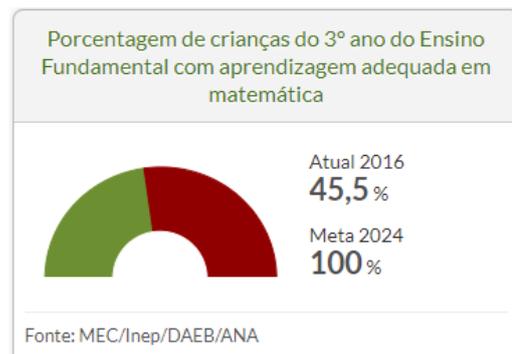
Na principal avaliação internacional de desempenho escolar, o Pisa (Programme for International Student Assessment), o Brasil figura nas últimas posições. Dos 70 países avaliados em 2015, o Brasil ficou na 63ª posição em ciências, na 59ª em leitura e na 66ª colocação em matemática.

O fraco desempenho nacional na aprendizagem das crianças do Ensino Fundamental também foi aferido pelo Ministério da Educação (MEC) na Avaliação Nacional da Alfabetização³⁵ (ANA)³⁶, realizada em 2016:

Desempenho nacional na aprendizagem das crianças do Ensino Fundamental em leitura:



Desempenho nacional na aprendizagem das crianças do Ensino Fundamental em matemática:



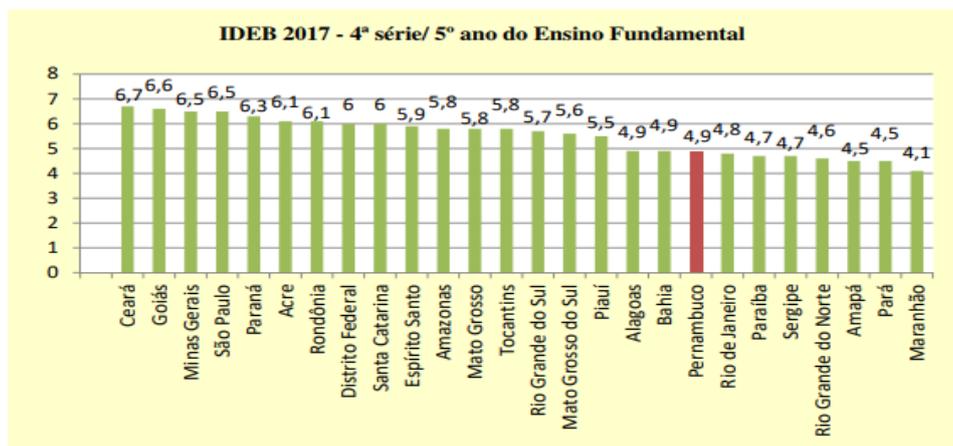
No cenário nacional, Pernambuco não é modelo de excelência no que diz respeito ao desenvolvimento da educação básica. Em relação aos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), as escolas da rede estadual ocupam a 19ª posição, após os Estados intermediários³⁷:

³⁴ Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/617267/CesefEducacao9jul18/4af4a6db-8ec6-4cb5-8401-7c6f0abf6340>, consulta feita em 24/10/2018, vide p. 2 e p. 10.

³⁵ Uma criança pode ser considerada alfabetizada quando se apropria da leitura e da escrita como ferramentas essenciais para seguir aprendendo, buscando informação, desenvolvendo sua capacidade de se expressar, de desfrutar a literatura, de ler e de produzir textos em diferentes gêneros, de participar do mundo cultural no qual está inserido. (<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/5-alfabetizacao>)

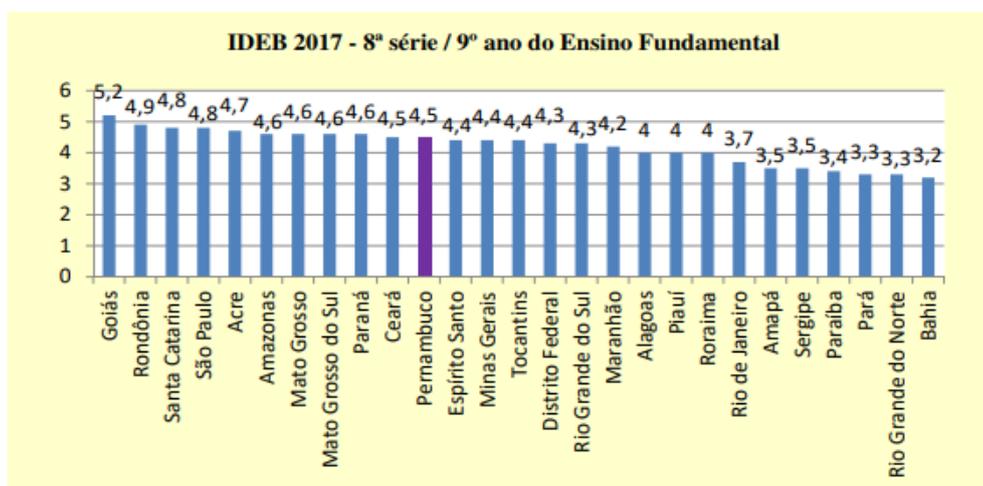
³⁶ Gráficos extraídos de: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/5-alfabetizacao>, em 15/08/2018.

³⁷ Gráfico extraído do relatório de auditoria das contas do Governador, exercício 2017 (p. 262), Processo TCE-PE nº 18100002-7, disponível em <https://etce.tce.pe.gov.br/ep/>.



Fonte: MEC/Inep

Em relação aos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano), à exceção de Goiás, todos os Estados brasileiros possuem nota inferior a 5 (numa escala de 0 a 10) e as escolas estaduais de Pernambuco ocupam a 11ª posição, apenas um pouco à frente dos Estados intermediários³⁸:



Fonte: MEC/Inep

O Município de Camocim de São Félix deve atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, nos termos do § 2º do art. 211 da Constituição Federal. Deve também promover ações, integradas com outros entes federativos, que permitam atingir metas, tais como a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar e a melhoria da qualidade do ensino.

Nesse contexto, o governo municipal deve estar atento a alguns indicadores de educação que se destacam por se relacionarem com a qualidade do ensino, descrevendo a situação existente e suas mudanças ao longo do tempo. São apresentados a seguir dois indicadores sobre os quais repercutem os resultados das políticas públicas da Educação: o Fracasso Escolar³⁹ e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁴⁰.

³⁸ Gráfico extraído do relatório de auditoria das contas do Governador, exercício 2017 (p. 263), disponível em <https://etce.tce.pe.gov.br>.

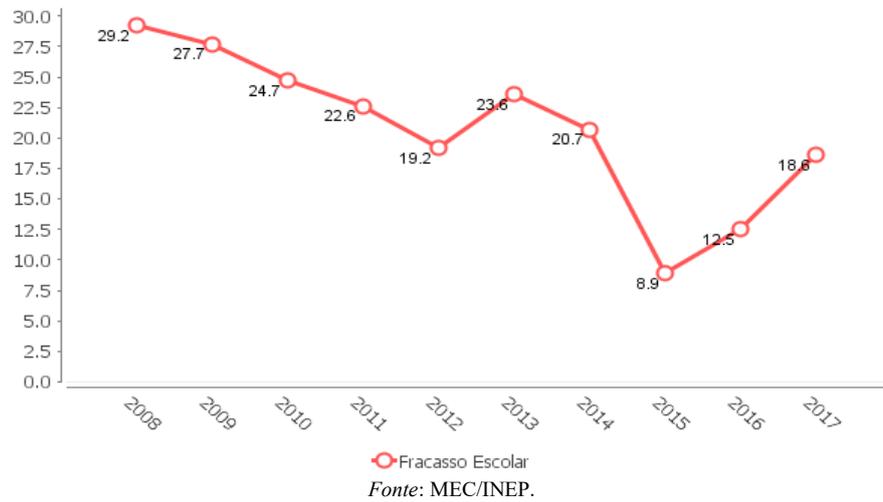
³⁹ O Fracasso Escolar representa a proporção de alunos na matrícula total, em determinada série e ano, que não lograram aprovação e é fornecido através da soma das taxas de abandono e reprovação. A taxa de abandono consiste na proporção de alunos da matrícula total, em determinada série e ano, que abandonaram a escola, enquanto que a taxa de reprovação representa a proporção de alunos da matrícula total em determinada série e ano que foram reprovados.

⁴⁰ Para saber mais sobre o IDEB acesse: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/ideb>.



O Fracasso Escolar do governo municipal de Camocim de São Félix, tem a seguinte série histórica.

Gráfico 6a Fracasso Escolar Escolas municipais de Camocim de São Félix (2008-2017)



Quanto ao IDEB, o conjunto das escolas da rede pública municipal do Município de Camocim de São Félix possui metas graduais de desempenho para os anos iniciais e finais do ensino fundamental, devendo atingir em 2021 os valores de 5,10 e 5,10, respectivamente. Apresenta-se abaixo o cenário da série histórica do comportamento do IDEB (dependência administrativa municipal), com Meta⁴¹ e Projeção⁴²:

Gráfico 6b IDEB Anos Iniciais (Apurado, Meta e Projeção) Escolas municipais de Camocim de São Félix

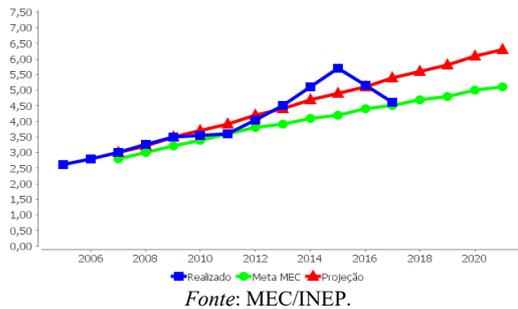


Gráfico 6c IDEB Anos Finais (Apurado, Meta e Projeção) Escolas municipais de Camocim de São Félix

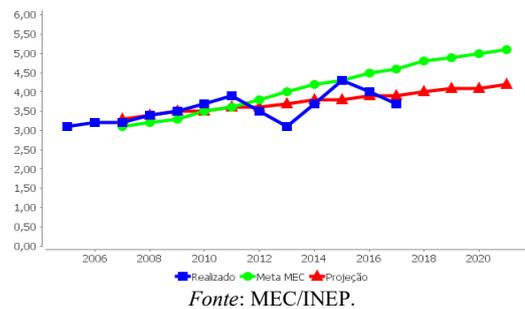
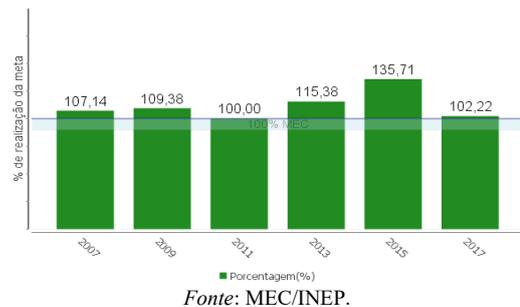


Gráfico 6d IDEB Anos Iniciais (% realização da meta do MEC) Escolas municipais de Camocim de São Félix

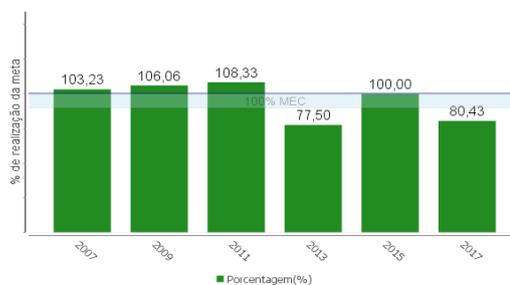


⁴¹ Para saber mais sobre os valores apurados e as metas do IDEB consulte: <http://ideb.inep.gov.br/>.

⁴² Para saber sobre a metodologia aplicada para a projeção dos dados do resultado do IDEB [clique aqui](#).



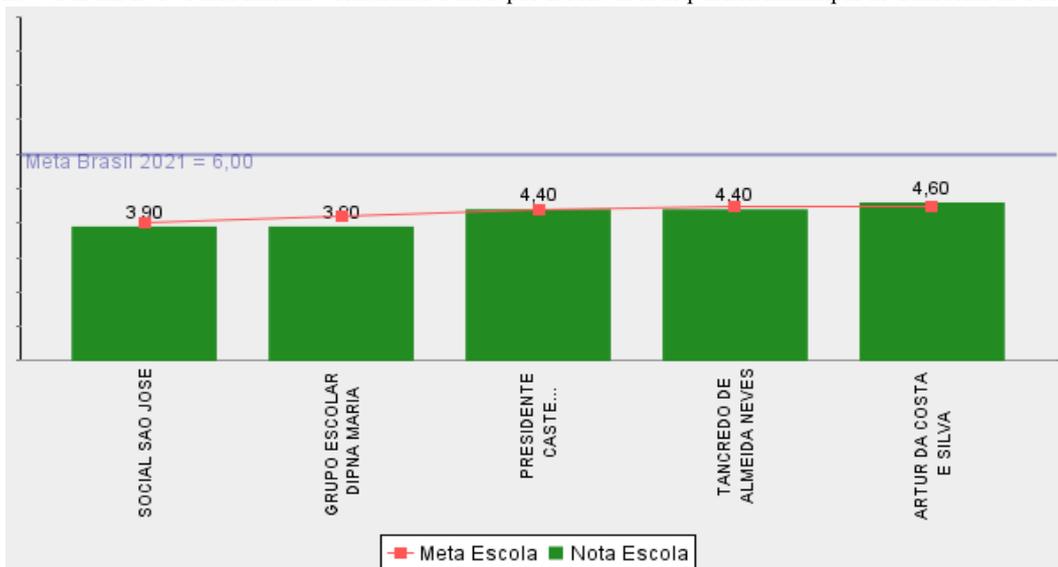
Gráfico 6e IDEB Anos Finais
(% realização da meta do MEC)
Escolas municipais de Camocim de São Félix



Fonte: MEC/INEP.

O desempenho das escolas públicas municipais existentes em Camocim de São Félix foi o seguinte:

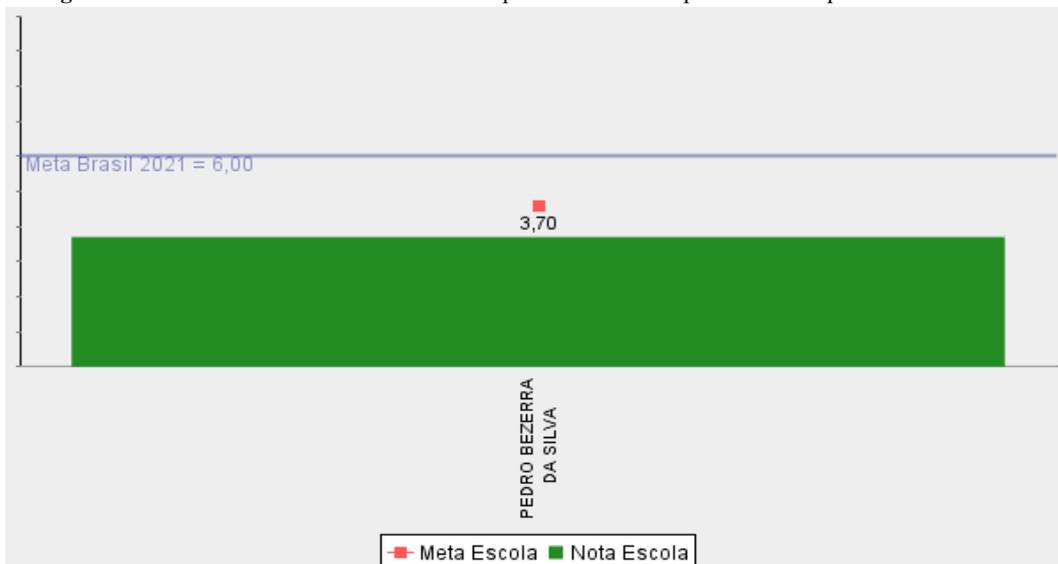
Gráfico 6f IDEB 2017 Anos Iniciais - Resultado e meta por escola da rede pública municipal de Camocim de São Félix



Observação: IDEB 2017 Anos Iniciais Estado de PE = 4,9

Fonte: MEC/INEP.

Gráfico 6g IDEB 2017 Anos Finais - Resultado e meta por escola da rede pública municipal de Camocim de São Félix



Observação: IDEB 2017 Anos Finais Estado de PE = 4,5

Fonte: MEC/INEP.



6.1 Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino

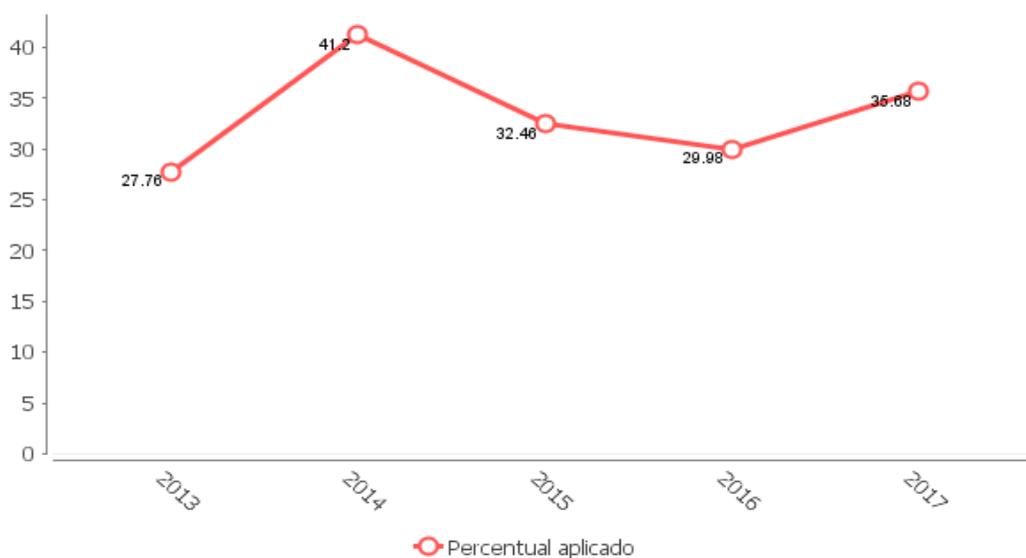
Os municípios deverão aplicar na manutenção e desenvolvimento do ensino no mínimo 25% da receita proveniente de impostos, incluindo as transferências estaduais e federais, conforme determina o *caput* do art. 212 da Constituição Federal.

Para o Município de Camocim de São Félix, em 2017, essa receita mínima aplicável corresponde a R\$ 5.570.268,10 (Apêndice V).

O valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2017, segundo os Apêndices VI e VII, correspondeu a R\$ 7.950.167,42, o qual representa 35,68% da receita de impostos e transferências aplicável ao ensino, cumprindo a exigência constitucional acima comentada.

O Município de Camocim de São Félix tem a seguinte série histórica de aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino:

Gráfico 6.1 Percentual de aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino (2013-2017)



Fonte: Relatórios de Auditoria

Por fim, verifica-se que o Município de Camocim de São Félix cumpriu o limite mínimo de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino.



6.2 Aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica

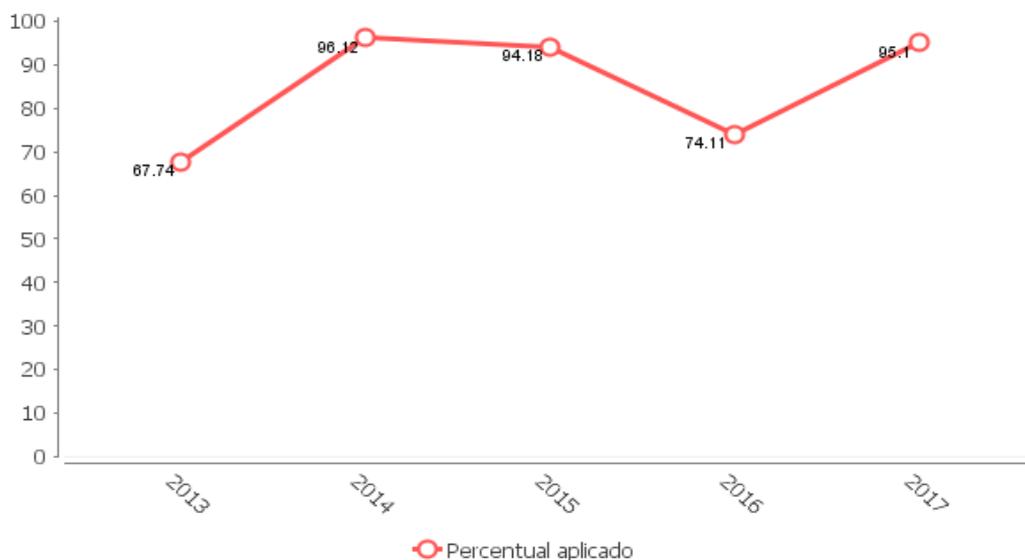
No mínimo, 60% dos recursos anuais do FUNDEB devem ser destinados à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, conforme a Lei Federal nº 11.494/07, art. 22. Nesses recursos, incluem-se a complementação da União e as receitas de aplicação financeira dos valores recebidos pelo Fundo.

Em 2017, as receitas do FUNDEB somaram R\$ 9.944.845,21 (Apêndice VI).

Já as despesas com a remuneração dos profissionais do magistério da educação básica perfizeram R\$ 9.457.890,40, equivalendo a 95,10% dos recursos anuais do FUNDEB (Apêndice VIII), o que significa que o Município de Camocim de São Félix cumpriu a exigência contida no art. 22 da Lei Federal nº 11.494/07.

O município tem a seguinte série histórica de aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério:

Gráfico 6.2 Percentual de aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica (2013-2017)



Fonte: Relatórios de Auditoria.

Por fim, verifica-se que o Município de Camocim de São Félix cumpriu o limite mínimo de aplicação do percentual de 60% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica.



6.3 Limite do saldo da conta do FUNDEB

Os recursos do FUNDEB devem ser utilizados no exercício financeiro em que forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública⁴³. Admite-se, porém, que até 5% dos recursos recebidos à conta do Fundo, inclusive relativos à complementação da União, poderão ser utilizados no primeiro trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional, conforme o art. 21, § 2º, da Lei Federal nº 11.494/07.

A Prefeitura de Camocim de São Félix deixou um saldo contábil no FUNDEB, não aplicado no exercício, correspondente a -24,67% dos recursos anuais do Fundo (Apêndice IX), cumprindo a exigência acima disposta.

Em 2017, o Município de Camocim de São Félix recebeu R\$ 9.944.845,21 do FUNDEB. Com esses recursos, realizou despesas que alcançaram a cifra de R\$ 12.398.380,78⁴⁴.

A diferença entre os valores recebidos e aplicados mencionados acima corresponde a R\$ 2.453.535,57, o que representa um percentual de 24,67% maior do valor anual recebido do FUNDEB.

Verificou-se que não houve saldo do FUNDEB em 2016 a ser utilizado em 2017, conforme Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Documento 15, p. 3), haja vista não constar nenhum valor informado no “Quadro do controle da utilização de recursos no exercício subsequente”, sobre o FUNDEB, no campo “Recursos recebidos do FUNDEB em 2016 que não foram utilizados”.

Tem-se, portanto, que foi obedecido o previsto no art. 21, § 2º, da Lei Federal nº 11.494/07.

⁴³ Conforme o art. 21 da Lei Federal nº 11.494/07.

⁴⁴ Valor determinado pelo total das despesas do FUNDEB após as devidas deduções, tais como restos a pagar sem disponibilidade financeira (R\$ 0,00(2)) e despesas com superavit financeiro do exercício anterior (R\$ 0,00(2)). Ver Apêndice IX.



7

GESTÃO DA SAÚDE

Objetivo:

- Verificar o cumprimento do percentual mínimo de aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde previsto na Constituição Federal.



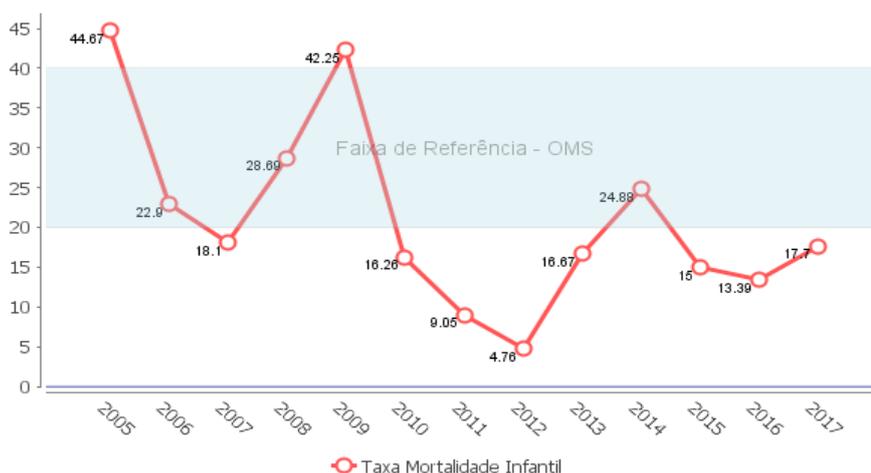
As políticas públicas de saúde no âmbito municipal devem buscar condições de cumprir, entre outros, o princípio da universalidade, sobretudo se organizando para atender a população mais carente⁴⁵.

O governo municipal é uma das esferas responsáveis por promover a articulação e interação dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), devendo oferecer serviços de saúde que priorizem a Atenção Básica.

Um importante indicador das condições de vida e do acesso e qualidade das ações e serviços de saúde é a taxa de mortalidade infantil⁴⁶. Altas taxas de mortalidade nessa faixa etária populacional refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde e de desenvolvimento econômico⁴⁷.

Ainda com dados preliminares para 2017, a taxa de mortalidade infantil de Camocim de São Félix apresenta o seguinte histórico:

Gráfico 7a Taxa de mortalidade infantil
Camocim de São Félix (2005 a 2017)



Fonte: Ministério da Saúde (Sistemas de Informações sobre Mortalidade-SIM e Nascidos Vivos-Sinasc)

Conforme se observa no Gráfico 7^a, a Taxa de mortalidade infantil de Camocim de São Félix, entre 2016 a 2017, aumentou, passando de 13,39 para 17,70, correspondendo a uma variação percentual aumentativa de 32,19%.

Em municípios com baixa população, também é recomendável que os óbitos infantis sejam acompanhados pelo seu valor absoluto, visando a evitar distorções na análise do indicador da taxa de mortalidade infantil causada pela divisão de pequenos números por mil (número de óbitos infantis /1.000 nascidos vivos).

⁴⁵ Em seu art. 196, a Constituição Federal estabelece a saúde como um direito de todos e dever do Estado: “Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

⁴⁶ Número de crianças que vieram a óbito até um ano de idade para cada mil nascidas vivas.

⁴⁷ Em 2016, a taxa de mortalidade infantil no mundo era, da melhor para a pior situação, a seguinte:

- a) na Europa: 8,3
- b) no Pacífico Ocidental: 10,8
- c) nas Américas: 12,1
- d) no Mundo: 30,5
- e) no sudeste da Ásia: 31,5
- f) no Mediterrâneo Oriental: 40,6
- g) na África: 52,3

Fonte: Organização Mundial de Saúde, em http://www.who.int/gho/child_health/mortality/neonatal_infant/en/

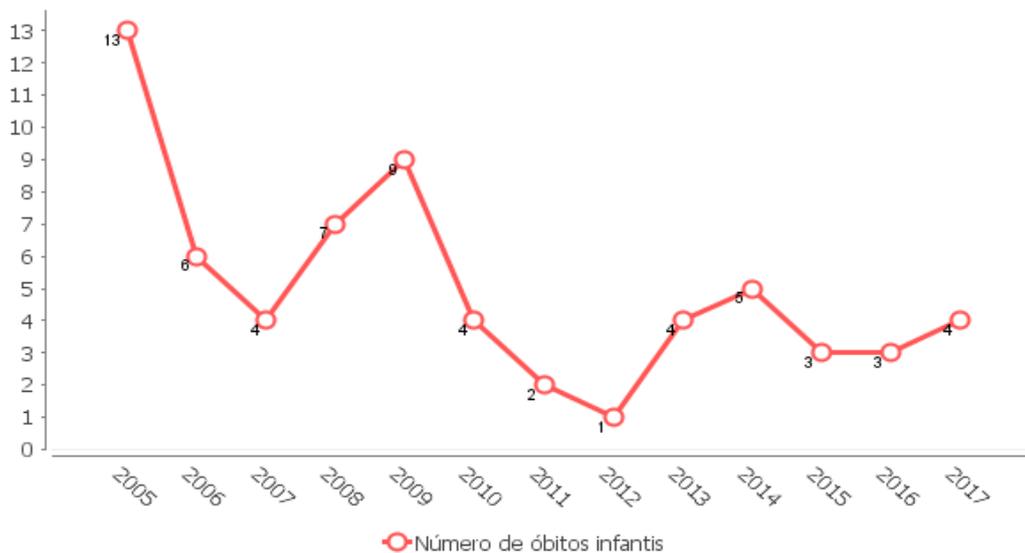


Nesses municípios, qualquer registro de óbitos de menores de um ano é sinal de alerta para a existência de falhas na rede de atendimento à saúde, em especial na atenção básica, área prioritária municipal.

Entre 2005 e 2017, o comportamento do número absoluto de óbitos de menores de um ano no município de Camocim de São Félix foi o seguinte (Extraído de <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/dh.exe?pacto/2010/cnv/pactpe.def>>):

O comportamento dos dados apresentados no gráfico anterior sugere que a informação prestada ao Ministério da Saúde tem problemas de subnotificação.

Gráfico 7b Número de óbitos infantis - Camocim de São Félix - 2005 a 2017



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS

O gráfico 7b, acima, demonstra que o número de óbitos infantis em Camocim de São Félix, entre 2016 e 2017, aumentou, passando de 3 para 4, representando um aumento de 33,33%.

Documento Assinado Digitalmente por: JORGE LUIS PEREIRA PORTELA
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 69e138b5-8e57-4413-be91-bc7771767605



7.1 Aplicação nas ações e serviços públicos de saúde

A Lei Complementar Federal nº 141/2012 estabelece que os municípios devem aplicar em ações e serviços públicos de saúde pelo menos 15% do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e os recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea *b* e § 3º da Constituição Federal, e que esses recursos, bem como os transferidos pela União para a mesma finalidade, serão aplicados por meio de Fundo Municipal de Saúde.

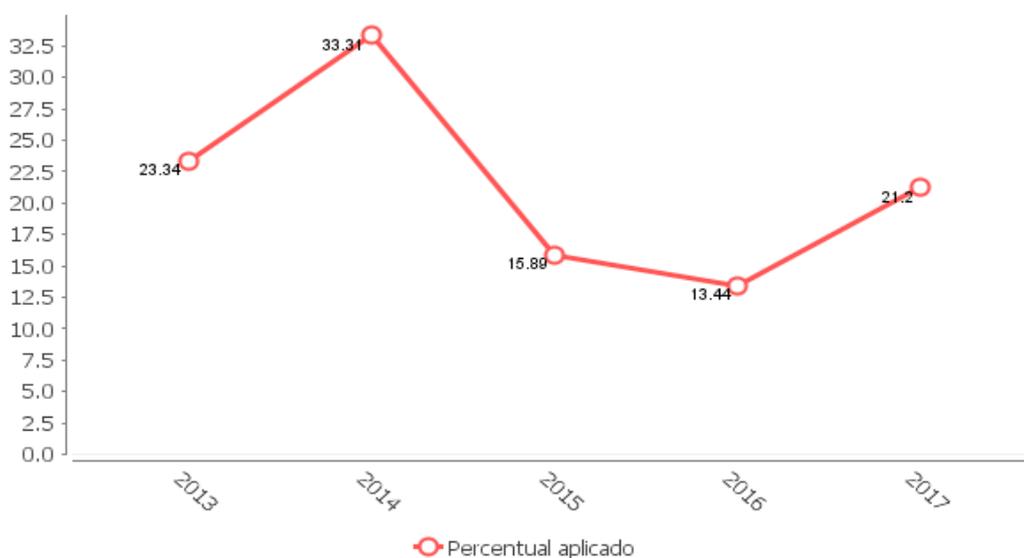
A receita acima mencionada somou R\$ 20.856.157,58, o que resulta na obrigatoriedade de aplicar em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, R\$ 3.128.423,64 (Apêndice V).

O total das despesas realizadas nas ações e serviços públicos de saúde por meio do Fundo Municipal de Saúde (FMS) do Município de Camocim de São Félix correspondeu a um percentual de 21,20% (Apêndice XI), cumprindo o disposto no art. 7º da Lei Complementar Federal nº 141/2012.

No demonstrativo constante no Apêndice XI, é possível observar que o valor não aplicado em 2016, no montante de R\$ 340.621,93, foi deduzido das despesas realizadas em ASPs do exercício de 2017, representando 7,15% destas.

Os percentuais de aplicação em ações e serviços públicos de saúde têm a seguinte série histórica:

Gráfico 7.1 Percentual de aplicação em ações e serviços de saúde (2013 a 2017)



Fonte: Apêndice XI

Consoante se observa no Gráfico 7.1, acima, o Município de Camocim de São Félix cumpriu a determinação legal, aplicando 21,2% em ações e serviços públicos de saúde.



8

GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA

Objetivos:

O Município de Camocim de São Félix não possui Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Documento Assinado Digitalmente por: JORGE LUIS PEREIRA PORTELA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 69e138b5-8e57-4413-be91-bc7771767605



9

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Objetivo:

- Evidenciar o nível de transparência do Município, obtido através da metodologia de levantamento do Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco (ITMPE).



9.1 Transparência da gestão

A Transparência Pública encontra-se fundamentada no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal, que dispõe, *in verbis*:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

A partir da normatização contida na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), na Lei Complementar nº 131/2009, no Decreto Federal nº 7.185/2010 e na Lei nº 12.527/2011 (LAI), este Tribunal realizou em 2017 um diagnóstico dos portais da transparência no âmbito das prefeituras municipais de Pernambuco, mediante o estabelecimento de um índice de transparência, o Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco (ITM_{PE})⁴⁸.

O ITM_{PE} foi calculado para cada prefeitura municipal através da avaliação de 18 critérios, levando em consideração uma pontuação que pode variar entre 0 e 1.000 pontos, seguindo a seguinte graduação:

Tabela 9.1 Níveis de Transparência, segundo ITM _{PE}	
Nível de Transparência	Intervalo ITM _{PE}
Desejado	>750 e <= 1000
Moderado	>500 e <= 750
Insuficiente	>250 e <= 500
Crítico	>0 e <= 250
Inexistente	0

No exercício de 2017, a Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix obteve o nível de transparência Moderado⁴⁹.

As consultas feitas na internet para fazer a análise do índice de transparência do município podem ser observadas neste processo (documento 58).

O descumprimento das normas referentes à transparência municipal pode sujeitar o prefeito a julgamento pelo Tribunal de Contas, em Processo de Gestão Fiscal, com sanção de multa (Resolução TCE-PE nº 20/2015, artigo 12, inciso VI). Pode ensejar também o julgamento do Prefeito pela Câmara de Vereadores sobre a ocorrência de infração político-administrativa, por praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática, tendo como sanção prevista a cassação do mandato (Decreto-Lei 201/1967, artigo 4º, inciso VII).

Por fim, o município pode ficar impossibilitado de receber transferências voluntárias, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, inciso I do § 3º do artigo 23 c/c artigo 73-C.

Os processos já instaurados nesta Corte sobre a transparência da gestão da Prefeitura de Camocim de São Félix são os seguintes:

⁴⁸ Saiba mais em: <<https://tce.pe.gov.br/indicadetransparencia2017/>>.

⁴⁹ O detalhamento da classificação está disponível em <<https://tce.pe.gov.br/indicadetransparencia2017/>>.



Tabela 9.1 Processos formalizados no TCE-PE sobre transparência da gestão			
Processo	Exercício	Relator	Situação do processo em Dez/2018
15400128	2013	JOÃO HENRIQUE CARNEIRO CAMPOS	REGULAR

Fonte: Informação extraída do Sistema AP – Acompanhamento de processo deste Tribunal de Contas, a partir de consulta realizada em 11/12/2018

Documento Assinado Digitalmente por: JORGE LUIS PEREIRA PORTELA
 Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 69e138b5-8e57-4413-be91-bc7771767605



10

RESUMO CONCLUSIVO

Objetivos:

- Reunir as irregularidades e deficiências já comentadas nos capítulos anteriores.
- Apresentar possíveis repercussões legais associadas às irregularidades encontradas.
- Resumir em tabela os limites constitucionais e legais.
- Sugerir determinações e recomendações a serem adotadas pela gestão municipal, com o intuito de sanear, ao longo da execução orçamentária, ou evitar, em situações futuras, as irregularidades e deficiências detectadas.



10.1 IRREGULARIDADES E DEFICIÊNCIAS

Seguem relacionadas as irregularidades e deficiências [ID] identificadas na presente auditoria, agrupadas de acordo com os temas dos capítulos abordados neste relatório.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA (Capítulo 2)

[ID.01] LOA com receitas superestimadas, não correspondentes à real capacidade de arrecadação do Município, resultando em despesas igualmente superestimadas (Item 2.1).

[ID.02] LOA com previsão de um limite exagerado para a abertura de créditos adicionais, descaracterizando a concepção da peça orçamentária como um instrumento de planejamento (Item 2.1).

[ID.03] LOA com previsão de dispositivo inapropriado para abertura de créditos adicionais, pois, na prática, é mecanismo que libera o Poder Executivo de consultar a Câmara Municipal sobre o Orçamento e descaracteriza a concepção da peça orçamentária como um instrumento de planejamento (Item 2.1).

[ID.04] Não especificação na programação financeira das medidas relativas à quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa (Item 2.2).

[ID.05] Deficit de execução orçamentária no montante de R\$ 1.151.762,90, ou seja, o Município realizou despesas em volume superior à arrecadação de receitas (Item 2.4).

GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL (Capítulo 3)

[ID.06] Deficit financeiro, evidenciado no Quadro do Superavit/Deficit do Balanço Patrimonial (Item 3.1).

[ID.07] Ineficiente controle contábil por fonte/aplicação de recursos, o qual permite saldo negativo em contas evidenciadas no Quadro do Superavit/Deficit do Balanço Patrimonial, sem justificativa em notas explicativas (Item 3.1).

[ID.08] Ausência de inscrição de crédito na Dívida Ativa, restando demonstrada a inércia da Administração em proceder à cobrança de seus créditos (Item 3.2.1)

[ID.09] Ausência de registro, em conta redutora, de Provisão para Perdas de Dívida Ativa, evidenciando, no Balanço Patrimonial, uma situação não compatível com a realidade (Item 3.2.1).

[ID.10] Não foram recolhidas ao RGPS contribuições descontadas dos servidores no montante de R\$ 919,14 (Item 3.4).

[ID.11] Não foram recolhidas ao RGPS contribuições patronais no montante de R\$ 1.069.545,83 (Item 3.4).

[ID.12] Incapacidade de pagamento imediato ou no curto prazo de seus compromissos de até 12 meses (Item 3.5).



REPASSE DE DUODÉCIMOS À CÂMARA DE VEREADORES (Capítulo 4)

[ID.13] Repasse de duodécimos ao Poder Legislativo maior que o limite permitido no artigo 29-A da Constituição Federal (Item 4).

GESTÃO FISCAL (Capítulo 5)

[ID.14] Despesa total com pessoal acima do limite previsto pela LRF (Item 5.1).

[ID.15] Inscrição de Restos a Pagar, Processados e não Processados, sem que houvesse disponibilidade de recursos, vinculados ou não vinculados, para seu custeio (Item 5.4).

GESTÃO DA EDUCAÇÃO (Capítulo 6)

[ID.16] Empenhar e vincular despesas aos recursos do FUNDEB sem lastro financeiro, em montante acima da receita recebida no exercício (Item 6.3).

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA (Capítulo 9)

[ID.17] Nível “Moderado” de transparência da gestão, conforme aplicação de metodologia de levantamento do ITMPE, evidenciando que a Prefeitura não disponibilizou integralmente para a sociedade o conjunto de informações exigido na LRF, na Lei Complementar nº 131/2009, na Lei nº 12.527/2011 (LAI) e na Constituição Federal (Item 9.1).



10.2 POSSÍVEIS REPERCUSSÕES LEGAIS

Este item apresenta as possíveis repercussões legais que podem advir do não atendimento a requisitos legais apresentados no relatório. Ou seja, representam possibilidades de o Prefeito vir a responder processos perante este Tribunal de Contas, a Câmara Municipal ou o Poder Judiciário, assim como restrições institucionais aplicáveis ao município.

Tabela 10.2 Possíveis Repercussões Legais	
Possível Repercussão Legal	Irregularidade
- Julgamento pelo Poder Judiciário sobre a ocorrência de ato de improbidade administrativa, por deixar de praticar indevidamente ato de ofício, sujeitando o agente público responsável ao ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 3 a 5 anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 3 anos. (Lei Federal nº 8.429/1992, artigo 11, inciso II c/c artigo 12, inciso III).	[ID.10]
- Julgamento pelo Poder Judiciário sobre a ocorrência de crime de apropriação indébita previdenciária pelo responsável, sujeito à pena de reclusão, de 2 a 5 anos, e multa (artigo 168-A do Código Penal).	[ID.10]
- Impossibilidade de receber as transferências dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União (Lei Federal nº 8.212/1991, art. 56).	[ID.10] [ID.11]
- Julgamento do Prefeito pelo Poder Judiciário sobre a ocorrência de crime de responsabilidade (Constituição Federal, artigo 29-A, § 2º, inciso I).	[ID.13]
- Julgamento do Prefeito pelo TCE-PE, em Processo de Gestão Fiscal, por deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que houver excedido a repartição por Poder do limite máximo, com sanção de multa de 30% dos vencimentos anuais, limitada ao período de apuração (Lei 10.028/2000, artigo 5º, inciso II e Resolução TCE-PE nº 20/2015).	[ID.14]
- Proibição de: (a) conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição; (b) criar cargo, emprego ou função; (c) alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa; (d) dar provimento em cargo público, admitir ou contratar de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; (e) contratar hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias (LRF, artigo 22, parágrafo único).	[ID.14]
- Proibição de receber transferências voluntárias, exceto relativas a ações de educação, saúde e assistência social e proibição de obter garantia e contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e redução de despesa com pessoal (LRF, artigo 23, § 3º, incisos I a III).	[ID.14]
- Impossibilidade de o município receber transferência voluntária (Lei Complementar nº 101/2000, inciso I do § 3º do artigo 23 c/c artigo 73-C).	[ID.17]
- Julgamento do Prefeito pela Câmara de Vereadores sobre a ocorrência de infração político-administrativa, por praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática, tendo como sanção prevista a cassação do mandato (Decreto-Lei 201/1967, artigo 4º, inciso VII).	[ID.17]
- Julgamento do Prefeito pelo TCE-PE, em Processo de Gestão Fiscal, por deixar de disponibilizar em meio eletrônico de acesso público os documentos e informações da gestão fiscal, com sanção de multa (Resolução TCE-PE nº 20/2015, artigo 12, inciso VI).	[ID.17]

Documento Assinado Digitalmente por: JORGE LUIS PEREIRA PORTELA
 Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 69e138b5-8e57-4413-be91-bc7771767605



10.3 TABELA DE LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Em relação ao cumprimento dos valores e limites constitucionais e legais, segue a Tabela 10.3 com a síntese do aferido ao longo do presente relatório.

Tabela 10.3 Limites Constitucionais e Legais					
	Especificação	Valor (R\$) ou Limite Legal	Fundamentação Legal	% ou Valor Aplicado (R\$) ⁵⁰	Situação ⁵¹
DUODÉCIMOS	• Repasse de duodécimos à Câmara de Vereadores.	• R\$ 1.638.021,44	• CF/88, caput do art. 29-A (redação dada pela EC n° 25)	R\$ 1.643.631,48	Descumprimento
PESSOAL	• Despesa Total com Pessoal	• 54% da RCL.	• Lei Complementar n° 101/2000, art. 20.	1° Q. 50,27%	Cumprimento
				2° Q. 53,88%	Cumprimento
				3° Q. 62,07%	Descumprimento
DÍVIDA	• Dívida consolidada líquida (DCL).	• 120% da RCL.	• Resolução n° 40/2001 do Senado Federal.	3,39%	Cumprimento
EDUCAÇÃO	• Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino.	• 25% da receita vinculável na manutenção e desenvolvimento do ensino.	• Constituição Federal, art. 212.	35,68%	Cumprimento
	• Aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica.	• 60% dos recursos do FUNDEB.	• Lei Federal n° 11.494/2007, art. 22.	95,10%	Cumprimento
	• Saldo da conta do FUNDEB ao final do exercício.	• Até 5% das receitas recebidas pelo FUNDEB.	• Lei Federal n° 12.494/2007, art 21, § 2°.	-24,67%	Cumprimento
SAÚDE	• Aplicação nas ações e serviços públicos de saúde.	• 15% da receita vinculável em saúde.	• Lei Complementar n° 141/2012, Art. 7°.	21,20%	Cumprimento

⁵⁰ Percentual (%) ou valor aplicado, que a equipe de auditoria considerou como o correto, conforme levantamento realizado.

⁵¹ Cumprimento / Descumprimento.

**10.4****SUGESTÕES DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES**

Em face do exposto no corpo deste relatório, apresenta-se a seguinte sugestão de determinação a ser emitida pela relatoria ao atual Prefeito ou a que vier a sucedê-lo:

- Realizar Auditoria Interna para apurar se a Prefeitura de Camocim de São Félix - PMCSF deve o valor R\$ 68.664,47 cobrado pelo Banco Pan (documento 68) referente a valores descontados dos servidores da Prefeitura de Camocim de São Félix, conforme convênios assinados (documentos 63 e 64). Vale frisar que foi instaurado pela Procuradoria de Justiça inquérito para apurar as irregularidades referente aos convênios citados (item 3.5).

Em seguida, apresenta-se sugestão de recomendação ao atual Prefeito ou a quem vier a sucedê-lo:

- Registrar em conta redutora a Provisão para Perdas de Dívida Ativa, a fim de ser demonstrado o valor real do patrimônio da Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix (Item 3.2.1).

É o Relatório.

Recife - PE, 14 de maio de 2019.

Jorge Luis Pereira Portela
Auditor de Controle Externo
Área de Auditoria das Contas Públicas
Matrícula 1298



APÊNDICES



APÊNDICE I
ANÁLISE DA RECEITA ARRECADADA
 Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix - Exercício 2017

Código	Descrição	Valor (R\$)
1.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	38.378.254,96
1.1.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.074.049,31
1.1.10.00.00	Impostos	949.546,12
1.1.12.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	775.319,44
1.1.12.02.00	IPTU	30.675,84(1)
1.1.12.04.00	IR	707.834,21
1.1.12.04.31	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	427.355,67(1)
1.1.12.04.34	IRRF sobre Outros Rendimentos	280.478,54(1)
1.1.12.08.00	ITBI	36.809,39(1)
1.1.13.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	174.226,68
1.1.13.05.00	ISSQN	174.226,68(1)
1.1.20.00.00	Taxas	124.503,19
1.1.21.00.00	Poder de Polícia	55.788,99(1)
1.1.22.00.00	Prestação de Serviços	68.714,20(1)
1.1.30.00.00	Contribuição de Melhoria	0,00(1)
1.2.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	373.938,69
1.2.10.00.00	Contribuições Sociais	0,00
1.2.10.29.00	Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	0,00
1.2.10.29.01	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	0,00(1)
1.2.10.29.02	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Militar	0,00(1)
1.2.10.29.03	Contribuição Patronal - Inativo Civil	0,00(1)
1.2.10.29.04	Contribuição Patronal - Inativo Militar	0,00(1)
1.2.10.29.05	Contribuição Patronal - Pensionista Civil	0,00(1)
1.2.10.29.06	Contribuição Patronal - Pensionista Militar	0,00(1)
1.2.10.29.07	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	0,00(1)
1.2.10.29.08	Contribuição de Servidor Ativo Militar	0,00(1)
1.2.10.29.09	Contribuições do Servidor Inativo Civil para o Regime Próprio	0,00(1)
1.2.10.29.10	Contribuições de Servidor Inativo Militar	0,00(1)
1.2.10.29.11	Contribuições de Pensionista Civil para o Regime Próprio	0,00(1)
1.2.10.29.12	Contribuições de Pensionista Militar	0,00(1)
1.2.10.29.13	Contr. Previd. para Amortiz. do Déficit Atuarial (Alíquota suplementar)	0,00(1)
1.2.10.29.15	Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00(1)
1.2.10.29.99	Outras Contribuições Sociais para o RPPS	0,00(1)
1.2.10.99.00	Outras Contribuições Sociais	0,00(1)
1.2.20.00.00	Contribuições Econômicas	373.938,69
1.2.20.29.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	373.938,69(1)



APÊNDICE I
ANÁLISE DA RECEITA ARRECADADA
 Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix - Exercício 2017

Código	Descrição	Valor (R\$)
1.2.20.99.00	Outras Contribuições Econômicas	0,00(1)
1.3.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	118.261,97
1.3.10.00.00	Receitas Imobiliárias	0,00(1)
1.3.20.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	118.261,97
1.3.20.01.00	Receita de Aplicações Financeiras de Recursos do FUNDEB	0,00(1)
1.3.20.02.00	Receita de Aplicações Financeiras de Recursos de Convênios, Acordos e Congêneres para Educação	0,00(1)
1.3.20.03.00	Receita de Aplicações Financeiras de Recursos Recebidos do SUS (recursos Fundo a Fundo, por Serviços Produzidos), de operações de crédito (internas e externas) e de Transferências de Convênios	32.115,58(1)
1.3.20.04.00	Outras Receitas de Aplicações Financeiras de Recursos do FMS	0,00(1)
1.3.20.05.00	Outras Receitas de Valores Mobiliários	86.146,39(1)
1.3.30.00.00	Receitas de Concessões e Permissões	0,00(1)
1.3.40.00.00	Compensações Financeiras	0,00(1)
1.3.90.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	0,00(1)
1.4.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00(1)
1.5.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	0,00(1)
1.6.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00
1.6.01.00.00	Receitas de Serviços de Saúde	0,00(1)
1.6.02.00.00	Outras Receitas	0,00(1)
1.7.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	36.238.539,15
1.7.20.00.00	Transferências Intergovernamentais	36.238.539,15
1.7.21.00.00	Transferências da União	22.130.332,90
1.7.21.01.00	Participação na Receita da União	17.213.643,57
1.7.21.01.02	Cota-Parte - FPM - Parcela Mensal (CF, art. 159, I, b)	15.775.859,45(2)
1.7.21.01.03	Cota-Parte - FPM - Parcela extra do mês de dezembro (CF, art. 159, I, d)	701.329,38(2)
1.7.21.01.04	Cota-Parte - FPM - Parcela extra do mês de julho (CF, art. 159, I, e)	723.585,45(2)
1.7.21.01.05	Cota-Parte - ITR	12.869,29(1)
1.7.21.01.32	Cota-Parte - IOF	0,00(1)
1.7.21.22.00	Transferências da Comp. Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	183.251,41
1.7.21.22.11	Cota-parte - Compensação Financeira de Recursos Hídricos	0,00(1)
1.7.21.22.20	Cota-parte - Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	0,00(1)
1.7.21.22.30	Cota-parte Royalties - Petróleo - Lei nº 7.990/89	0,00(1)
1.7.21.22.40	Cota-Parte Royalties – Exc. da Prod. do Petr. (Lei nº 9.478/97, art. 49, I e II)	0,00(1)
1.7.21.22.50	Cota-Parte Royalties - Participação Especial - Lei nº 9.478/97, artigo 50	0,00(1)
1.7.21.22.70	Cota-Parte - Fundo Especial do Petróleo - FEP	183.251,41(1)
1.7.21.22.90	Outras Transferências – Comp. Fin. pela Exploração de Recursos Naturais	0,00(1)



APÊNDICE I
ANÁLISE DA RECEITA ARRECADADA
 Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix - Exercício 2017

Código	Descrição	Valor (R\$)
1.7.21.33.00	Transferências de Recursos do SUS - Repasses Fundo a Fundo	3.373.570,49(1)
1.7.21.34.00	Transferências de Recursos do FNAS	451.336,85(1)
1.7.21.35.00	Transferências de Recursos do FNDE	804.371,91
1.7.21.35.01	Salário-Educação	497.146,93(1)
1.7.21.35.02	Outras Transferências	307.224,98(1)
1.7.21.36.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	7.459,56(1)
1.7.21.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00(1)
1.7.21.99.00	Outras Transferências da União	96.699,11
1.7.21.99.01	Apoio Financeiro - AFM	96.699,11(1)
1.7.21.99.02	Outras Transferências	0,00(1)
1.7.22.00.00	Transferências dos Estados	4.163.361,04
1.7.22.01.00	Participação na Receita dos Estados	4.041.953,11
1.7.22.01.01	Cota-Parte - ICMS	3.649.647,42(1)
1.7.22.01.02	Cota-Parte - IPVA	379.405,22(1)
1.7.22.01.04	Cota-Parte - IPI sobre Exportação	12.900,47(1)
1.7.22.01.13	Cota-Parte - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	0,00(1)
1.7.22.01.99	Outras Participações na Receita dos Estados	0,00(1)
1.7.22.22.00	Transferências da Cota-Parte da Compensação Financeira (25%)	0,00
1.7.22.22.11	Cota-Parte - Compensação Financeira de Recursos Hídricos	0,00(1)
1.7.22.22.20	Cota-Parte - Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	0,00(1)
1.7.22.22.30	Cota-Parte Royalties - Comp. Fin. pela Prod. Petr. (Lei nº 7.990/89, art. 9º)	0,00(1)
1.7.22.22.90	Outras Transferências - Compensações Financeiras	0,00(1)
1.7.22.33.00	Transf. de Rec. do Estado para Progr. de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	0,00(1)
1.7.22.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00(1)
1.7.22.99.00	Outras Transferências dos Estados	121.407,93(1)
1.7.23.00.00	Transferências dos Municípios	0,00
1.7.23.01.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	0,00(1)
1.7.23.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00(1)
1.7.23.99.00	Outras Transferências dos Municípios	0,00(1)
1.7.24.00.00	Transferências Multigovernamentais	9.944.845,21
1.7.24.01.00	Transferências de Recursos - FUNDEB	8.730.171,12(1)
1.7.24.02.00	Complementação da União - FUNDEB	1.214.674,09(1)
1.7.24.99.00	Outras Transferências Multigovernamentais	0,00(1)
1.7.30.00.00	Transferências de Instituições Privadas	0,00(1)
1.7.40.00.00	Transferências do Exterior	0,00(1)
1.7.50.00.00	Transferências de Pessoas	0,00(1)



APÊNDICE I
ANÁLISE DA RECEITA ARRECADADA
 Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix - Exercício 2017

Código	Descrição	Valor (R\$)
1.7.60.00.00	Transferências de Convênios	0,00
1.7.61.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	0,00
1.7.61.01.00	Sistema Único de Saúde - SUS	0,00(1)
1.7.61.02.00	Destinadas a Programas de Educação	0,00(1)
1.7.61.03.00	Destinadas a Programas de Assistência Social	0,00(1)
1.7.61.04.00	Destinadas aos Programas de Combate à Fome	0,00(1)
1.7.61.05.00	Destinadas a Programas de Saneamento Básico	0,00(1)
1.7.61.99.00	Outras Transferências de Convênios da União	0,00(1)
1.7.62.00.00	Transferências de Convênios dos Estados e de Suas Entidades	0,00
1.7.62.01.00	Destinadas ao Sistema Único de Saúde - SUS	0,00(1)
1.7.62.02.00	Destinadas a Programas de Educação	0,00(1)
1.7.62.99.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados	0,00(1)
1.7.63.00.00	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	0,00
1.7.63.01.00	Destinadas ao Sistema Único de Saúde - SUS	0,00(1)
1.7.63.02.00	Destinadas a Programas de Educação	0,00(1)
1.7.63.99.00	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	0,00(1)
1.7.64.00.00	Transferências de Convênios de Instituições Privadas	0,00(1)
1.7.65.00.00	Transferência de Convênios do Exterior	0,00(1)
1.7.70.00.00	Transferências para o Combate à Fome	0,00
1.7.71.00.00	Provenientes do Exterior	0,00(1)
1.7.72.00.00	Provenientes de Pessoas Jurídicas	0,00(1)
1.7.73.00.00	Provenientes de Pessoas Físicas	0,00(1)
1.7.74.00.00	Provenientes de Depósitos não Identificados	0,00(1)
1.9.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	573.465,84
1.9.10.00.00	Multas e Juros de Mora	2.596,51
1.9.11.00.00	Multas e Juros de Mora dos Tributos	2.447,97
1.9.11.10.00	Multas e Juros de Mora do IPTU	2.447,97(1)
1.9.11.20.00	Multas e Juros de Mora do ITBI	0,00(1)
1.9.11.30.00	Multas e Juros de Mora do ISS	0,00(1)
1.9.11.40.00	Multas e Juros de Mora do IRRF	0,00(1)
1.9.11.50.00	Multas e Juros de Mora de outros tributos	0,00(1)
1.9.13.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa	148,54
1.9.13.01.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	148,54
1.9.13.01.10	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IPTU	0,00(1)
1.9.13.01.20	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IITBI	148,54(1)
1.9.13.01.30	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ISS	0,00(1)



APÊNDICE I
ANÁLISE DA RECEITA ARRECADADA
 Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix - Exercício 2017

Código	Descrição	Valor (R\$)
1.9.13.01.40	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IRRF	0,00(1)
1.9.13.01.99	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de outros tributos	0,00(1)
1.9.13.02.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa Não Tributária	0,00(1)
1.9.18.00.00	Multas e Juros de Mora de Receitas Não Tributárias	0,00(1)
1.9.19.00.00	Multas de Outras Origens	0,00(1)
1.9.20.00.00	Indenizações e Restituições	378.665,60(1)
1.9.30.00.00	Receita da Dívida Ativa	66.015,11
1.9.31.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	66.015,11
1.9.31.10.00	Dívida Ativa do IPTU	65.873,54(1)
1.9.31.20.00	Dívida Ativa do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00(1)
1.9.31.30.00	Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00(1)
1.9.31.40.00	Dívida Ativa do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00(1)
1.9.31.50.00	Dívida Ativa de outros tributos	141,57(1)
1.9.32.00.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária	0,00(1)
1.9.90.00.00	Receitas Diversas	126.188,62(1)
1.9.90.03.00	Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00(1)
1.9.90.99.00	Outras receitas diversas	126.188,62(1)
2.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	462.140,06
2.1.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00
2.1.10.00.00	Operações de Crédito Internas	0,00(1)
2.1.20.00.00	Operações de Crédito Externas	0,00(1)
2.2.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00
2.2.10.00.00	Alienação de Bens Móveis	0,00(1)
2.2.20.00.00	Alienação de Bens Imóveis	0,00(1)
2.3.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00(1)
2.4.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	462.140,06
2.4.20.00.00	Transferências Intergovernamentais	117.200,00
2.4.21.00.00	Transferências da União	0,00
2.4.21.01.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	0,00(1)
2.4.21.02.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	0,00(1)
2.4.21.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00(1)
2.4.21.99.00	Outras Transferências da União	0,00(1)
2.4.22.00.00	Transferências dos Estados	80.000,00
2.4.22.01.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	0,00(1)
2.4.22.02.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	0,00(1)
2.4.22.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00(1)



APÊNDICE I
ANÁLISE DA RECEITA ARRECADADA
 Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix - Exercício 2017

Código	Descrição	Valor (R\$)
2.4.22.99.00	Outras Transferências dos Estados	80.000,00(1)
2.4.23.00.00	Transferências dos Municípios	37.200,00
2.4.23.01.00	Transferência de Recursos Destinados a Programas de Saúde	0,00(1)
2.4.23.02.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	0,00(1)
2.4.23.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00(1)
2.4.23.99.00	Outras Transferências dos Municípios	37.200,00(1)
2.4.30.00.00	Transferências de Instituições Privadas	0,00(1)
2.4.40.00.00	Transferências do Exterior	0,00(1)
2.4.50.00.00	Transferências de Pessoas	0,00(1)
2.4.60.00.00	Transferência de Outras Instituições Públicas	0,00(1)
2.4.70.00.00	Transferências de Convênios	344.940,06
2.4.71.00.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	314.863,83
2.4.71.01.00	Destinadas ao Sistema Único de Saúde - SUS	0,00(1)
2.4.71.02.00	Destinadas a Programas de Educação	0,00(1)
2.4.71.03.00	Destinadas a Programas de Saneamento Básico	0,00(1)
2.4.71.04.00	Destinadas a Programas de Meio Ambiente	0,00(1)
2.4.71.05.00	Destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte	0,00(1)
2.4.71.99.00	Outras Transferências de Convênios da União	314.863,83(1)
2.4.72.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e de suas Entidades	30.076,23
2.4.72.01.00	Destinadas ao Sistema Único de Saúde - SUS	0,00(1)
2.4.72.02.00	Destinadas a Programas de Educação	0,00(1)
2.4.72.03.00	Destinadas a Programas de Saneamento Básico	0,00(1)
2.4.72.04.00	Destinadas a Programas de Meio Ambiente	0,00(1)
2.4.72.05.00	Destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte	0,00(1)
2.4.72.99.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados	30.076,23(1)
2.4.73.00.00	Transferência de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	0,00
2.4.73.01.00	Destinados a Programas de Saúde	0,00(1)
2.4.73.02.00	Destinadas a Programas de Educação	0,00(1)
2.4.73.99.00	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	0,00(1)
2.4.74.00.00	Transferência de Convênios de Instituições Privadas	0,00(1)
2.4.75.00.00	Transferência de Convênios do Exterior	0,00(1)
2.4.80.00.00	Transferências para o Combate à Fome	0,00
2.4.81.00.00	Provenientes do Exterior	0,00(1)
2.4.82.00.00	Provenientes de Pessoas Jurídicas	0,00(1)
2.4.83.00.00	Provenientes de Pessoas Físicas	0,00(1)
2.4.84.00.00	Provenientes de Depósitos não Identificados	0,00(1)



APÊNDICE I
ANÁLISE DA RECEITA ARRECADADA
 Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix - Exercício 2017

Código	Descrição	Valor (R\$)
2.5.00.00.00	Outras Receitas de Capital	0,00(1)
9.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	3.966.775,38
9.1.7.21.01.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	3.158.150,14
9.1.7.21.01.02	FPM – FUNDEB e Redutor Financeiro	3.155.171,57(1)
9.1.7.21.01.05	ITR	1.486,73(1)
9.1.7.21.36.00	ICMS Desoneração – Lei Complementar 87/96	1.491,84(1)
9.1.7.22.01.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	808.625,24
9.1.7.22.01.01	ICMS	729.929,48(3)
9.1.7.22.01.02	IPVA	76.115,67(1)
9.1.7.22.01.04	IPI - Exportação	2.580,09(3)
9.1.X.XX.XX.XX	Demais Deduções da Receita	0,00(1)
7.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00
7.2.10.29.01	Contribuição Patronal do Servidor Ativo Civil	0,00(1)
7.2.10.29.13	Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atuarial	0,00(1)
7.2.10.29.15	Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos - RPPS	0,00(1)
7.9.40.00.00	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00(1)
7.9.90.99.00	Outras Receitas Correntes Intraorçamentárias	0,00(1)
8.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00(1)
	TOTAL DA RECEITA (considerando deduções e intraorçamentária)	34.873.619,64

Fontes de Informação:

- (1)Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada do município (documento 17)
 (2)Banco do Brasil (www.bb.com.br)
 (3)<http://www.sefaz.pe.gov.br/>



APÊNDICE II
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL
APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (art. 2º, IV da LRF)
 Mês de referência: dezembro de 2017 / Período de apuração: janeiro a dezembro de 2017
 Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix - Exercício 2017

Descrição		Valor (R\$)
01.	RECEITAS CORRENTES	38.378.254,96
01.01.	Receita Tributária	1.074.049,31(1)
01.01.1	IPTU	30.675,84(1)
01.01.2	ISS	174.226,68(1)
01.01.3	ITBI	174.226,68(1)
01.01.4	IRRF	707.834,21(1)
01.01.5	Outras Receitas Tributárias	124.503,19(1)
01.02.	Receita de Contribuições	373.938,69(1)
01.03.	Receita Patrimonial	118.261,97(1)
01.04.	Receita Agropecuária	0,00(1)
01.05.	Receita Industrial	0,00(1)
01.06.	Receita de Serviços	0,00(1)
01.07.	Transferências Correntes	36.238.539,15(1)
01.07.1	Cota-Parte do FPM (Consolidado)	17.200.774,28(1)
01.07.2	Cota-Parte do ICMS	3.649.647,42(1)
01.07.3	Cota-Parte do IPVA	379.405,22(1)
01.07.4	Cota-Parte do ITR	12.869,29(1)
01.07.5	ICMS Desoneração - Lei Complementar 87/96	7.459,56(1)
01.07.6	Cota-Parte - IPI sobre Exportação	12.900,47(1)
01.07.7	FUNDEB, inclusive complementação da União	9.944.845,21(1)
01.07.8	Outras Transferências Correntes	5.030.637,70(1)
01.08.	Outras Receitas Correntes	573.465,84(1)
02.	(-) DEDUÇÕES	3.966.775,38
02.01.	Contribuição dos segurados para o RPPS	0,00(1)
02.02.	Compensação financeira entre regimes previdenciários	0,00(1)
02.03.	Dedução da receita para formação do FUNDEB	3.966.775,38(1)
03.	TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA = (1 - 2)	34.411.479,58
04.	RCL informada no RREO	34.411.479,66(2)
05.	Diferença entre RCL apurada pela auditoria e informada pela gestão	-0,08
06.	% Diferença	0,00

Fontes de Informação:

- (1) Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).
 (2) Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - SICONFI (Documento 14)



APÊNDICE III
DESPESA TOTAL COM PESSOAL
APURAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO
 Mês de referência: dezembro de 2017 / Período de apuração: janeiro a dezembro de 2017
 Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix - Exercício 2017

Descrição		Valor (R\$)
1.	DESPESA BRUTA COM PESSOAL	23.020.770,03
1.1	PESSOAL ATIVO	22.733.281,57
1.1.1	Contratação por Tempo Determinado	989.476,86(1)
1.1.2	Salário-Família	0,00(1)
1.1.3	Vencimento e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	18.134.152,93(1)
1.1.4	Obrigações Patronais (para o RGPS e RPPS - Fundo ou Instituto)	3.162.349,79(1)
1.1.5	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	76.800,00(1)
1.1.6	Indenizações Trabalhistas	0,00(1)
1.1.7	Sentenças Judiciais	0,00(1)
1.1.8	Despesas de exercícios Anteriores	370.501,99(1)
1.1.9	Outros	0,00
1.1.9.1	Despesas com pessoal efetuadas em Consórcio Público e não consolidadas	0,00(1)
1.1.1	(-) Despesas indenizatórias consideradas em Pessoal Ativo	0,00
1.1.1.1	Abono de Permanência	0,00(1)
1.1.1.2	Adicional de Férias	0,00(1)
1.1.1.3	Licença Prêmio paga em pecúnia	0,00(1)
1.1.1.4	Outras despesas indenizatórias consideradas em Pessoal Ativo	0,00(1)
1.2	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA	287.488,46
1.2.1	Aposentadoria e Reforma	273.257,79(1)
1.2.2	Pensões	0,00(1)
1.2.3	Outros Benefícios Previdenciários	0,00(1)
1.2.4	Salário-Família	0,00(1)
1.2.5	Sentenças Judiciais	14.230,67(1)
1.2.6	Despesas de exercícios anteriores	0,00(1)
1.2.7	Outros	0,00
1.2.8	(-) Despesas indenizatórias consideradas em Pessoal inativo e pensionista	0,00
1.3	Outras despesas de pessoal (§ 1º, art. 18, da LRF)	0,00(1)
2	DEDUÇÕES (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.663.095,23
2.1	Indenização por demissão e incentivo à demissão voluntária	14.230,67(1)
2.2	Decorrentes de decisão judicial	0,00(1)
2.3	Despesas de exercícios anteriores	370.501,99(1)
2.4	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (art. 19, VI, da LRF)	0,00
2.4.1	Total da despesa com Inativos e Pensionistas	0,00(1)
2.4.2	(-) Transf. de recursos para cobertura de deficit financeiro ou insuficiência financeira	0,00(2)
2.5	Outras deduções	1.278.362,57



APÊNDICE III
DESPESA TOTAL COM PESSOAL
APURAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO
 Mês de referência: dezembro de 2017 / Período de apuração: janeiro a dezembro de 2017
 Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix - Exercício 2017

Descrição		Valor (R\$)
2.5.1	Despesa com Pessoal da Câmara Municipal de Camocim de São Felix exercício 2017	1.278.362,57(3)
3	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (1-2)	21.357.674,80
4	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	34.411.479,58(4)
5	(-) Transf. obrigatórias da União relativas às emendas individuais ⁵²	0,00(5)
6	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	34.411.479,58
7	COMPROMETIMENTO DA DTP = DTP/RCL AJUSTADA (100%)	62,07%

Fontes de Informação:

- (1) Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza (documento 20)
- (2) Balanço Financeiro do RPPS (documento 33)
- (3) Câmara- RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 3º QUADRIMESTRE 2017 (documento 53)
- (4) Apêndice II deste relatório (RCL).
- (5) <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/consultas-e-relatorios-de-execucao/execucao- apenas-de-emendas-individuais>

⁵² Ver § 13, art. 166, da Constituição Federal.



APÊNDICE IV
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL
APURAÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (art. 55, I, “b” da LRF)
 Mês de referência: dezembro de 2017 / Período de apuração: janeiro a dezembro de 2017
 Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix - Exercício 2017

Descrição		Valor (R\$)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA CONTABILIZADA (DC)	1.168.172,75
1.1	Dívida Mobiliária	0,00(1)
1.2	Dívida Contratual	1.168.172,75
1.2.1	Parcelamento de contribuições para o RPPS	0,00(2)
1.2.2	Parcelamento de contribuições para o RGPS	1.122.088,95(2)
1.2.3	Outras dívidas contratuais	46.083,80(2)
1.3	Precatórios posteriores a 05/05/2000 vencidos e não pagos	0,00(1)
1.4	Demais Dívidas	0,00(1)
2	DÍVIDA CONSOLIDADA NÃO CONTABILIZADA (DNC)	0,00
3	DÍVIDA CONSOLIDADA TOTAL (1+2)	1.168.172,75
4	DEDUÇÕES	0,00
4.1	Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00(1)
4.2	Demais Haveres Financeiros	0,00(1)
4.3	(-) Restos a Pagar Processados	0,00(1)
5	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (3-4)	1.168.172,75
6	Receita Corrente Líquida (RCL)	34.411.479,58(3)
7	% da DC sobre a RCL = Comprometimento da DC (3 / 6 x 100)	3,39%
8	% da DCL sobre a RCL = Comprometimento da DCL (5 / 6 x 100)	3,39%
9	Limite definido por Resolução do Senado Federal (120%)	41.293.775,50
10	Limite Alerta - inciso III do § 1º do art. 59 da LRF (108%)	37.164.397,95

Fontes de Informação:

- (1)Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do Poder Executivo extraídos do SICONFI (documento 13).
- (2)Demonstração da Dívida Fundada do município (documento 10)
- (3)Apêndice II deste relatório (RCL).



APÊNDICE V
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS VINCULADAS AO ENSINO E À SAÚDE
CÁLCULO DA RECEITA MÍNIMA APLICÁVEL – RMA
 (Ensino: art. 212 da CF/88 e art. 69 da Lei Federal nº 9.394/1996 Saúde: Arts. 156, 158 e 159, I, b e § 3º da CF/88)
 Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix - Exercício 2017

Descrição		Valor (R\$)
1	RECEITAS DE IMPOSTOS (1.1+1.2)	1.018.016,17
1.1	Principal, multa, juros e atualização Monetária dos Impostos (1.1.1+1.1.2)	951.994,09
1.1.1	Principal dos Impostos	949.546,12
1.1.1.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	30.675,84(1)
1.1.1.2	Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	36.809,39(1)
1.1.1.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	174.226,68(1)
1.1.1.4	Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	707.834,21(1)
1.1.2	Multa, juros e atualização monetária dos Impostos	2.447,97
1.1.2.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.447,97(1)
1.1.2.2	Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00(1)
1.1.2.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00(1)
1.1.2.4	Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00(1)
1.2	Dívida Ativa dos Impostos (1.2.1+1.2.2)	66.022,08
1.2.1	Principal da Dívida Ativa	65.873,54
1.2.1.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	65.873,54(1)
1.2.1.2	Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00(1)
1.2.1.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00(1)
1.2.1.4	Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00(1)
1.2.2	Multa, juros e atualização Monetária da Dívida Ativa	148,54
1.2.2.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	0,00(1)
1.2.2.2	Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	148,54(1)
1.2.2.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00(1)
1.2.2.4	Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00(1)
2	RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (2.1+...+2.7)	21.263.056,24
2.1	Cota-Parte - FPM (Consolidado)	17.200.774,28
2.1.1	Cota-Parte - FPM - Parcela Mensal (CF, art. 159, I, b)	15.775.859,45(1)
2.1.2	Cota-Parte - FPM - Parcela extra do mês de dezembro (CF, art. 159, I, d)	701.329,38(1)
2.1.3	Cota-Parte - FPM - Parcela extra do mês de julho (CF, art. 159, I, e)	723.585,45(1)
2.2	Cota-Parte ICMS	3.649.647,42(1)
2.3	ICMS - Desoneração - LC n.º 87/1996	7.459,56(1)
2.4	Cota-Parte IPI-Exportação	12.900,47(1)
2.5	Cota-Parte ITR	12.869,29(1)
2.6	Cota-Parte IPVA	379.405,22(1)
2.7	Cota-Parte IOF-Ouro	0,00(1)
3	TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS - ENSINO (1+2)	22.281.072,41



APÊNDICE V
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS VINCULADAS AO ENSINO E À SAÚDE
CÁLCULO DA RECEITA MÍNIMA APLICÁVEL – RMA
 (Ensino: art. 212 da CF/88 e art. 69 da Lei Federal nº 9.394/1996 Saúde: Arts. 156, 158 e 159, I, b e § 3º da CF/88)
 Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix - Exercício 2017

Descrição		Valor (R\$)
4	TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS - SAÚDE (1+2-2.2-2.3-2.9)	20.856.157,58
5	RECEITA MÍNIMA APLICÁVEL - ENSINO (0,25 x 3.)	5.570.268,10
6	RECEITA MÍNIMA APLICÁVEL - SAÚDE (0,15 x 4.)	3.128.423,64

Fontes de Informação:

(1) Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).

Documento Assinado Digitalmente por: JORGE LUIS PEREIRA PORTELA
 Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 69e138b5-8e57-4413-be91-bc7771767605



APÊNDICE VI
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
CÁLCULO DA DIFERENÇA POSITIVA / NEGATIVA DO FUNDEB
 Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix - Exercício 2017

Descrição		Valor (R\$)
1	RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB (1.1 + ... + 1.6)	3.966.775,38
1.1	Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB (20,00%)	3.155.171,57(1)
1.2	Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB (20,00%)	729.929,48(1)
1.3	ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB (20,00%)	1.491,84(1)
1.4	Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB (20,00%)	2.580,09(1)
1.5	Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB (20,00%)	1.486,73(1)
1.6	Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB (20,00%)	76.115,67(1)
2	RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB (2.1+2.2+2.3)	9.944.845,21
2.1	Transferências de Recursos do FUNDEB	8.730.171,12(1)
2.2	Complementação da União ao FUNDEB	1.214.674,09(1)
2.3	Rendimentos de aplicações financeiras	0,00(1)
3	RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (2.1-1)	4.763.395,74

Fontes de Informação:

(1)Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).



APÊNDICE VII MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO CÁLCULO DO LIMITE DE 25% COM A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (art. 212 da CF/88 e arts. 69, 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1996) Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix - Exercício 2017		
Descrição		Valor (R\$)
1	EDUCAÇÃO	16.486.352,28
1.1	Educação Infantil	264.994,57(1)
1.2	Ensino Fundamental	14.568.090,38(1)
1.3	Demais Subfunções	1.653.267,33(1)
2	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS MDE (2.1+ ... + 2.5)	14.732.609,16
2.1	Educação Infantil para fins de cálculo da MDE	264.994,57(2)
2.2	Ensino Fundamental para fins de cálculo da MDE	14.467.614,59(2)
2.3	Restos a pagar não-processados da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, pagos no exercício	0,00(2)
2.4	Diferença Negativa do FUNDEB	0,00(3)
2.5	Outras (relacionadas a Educação infantil e fundamental)	0,00
2.5.1	Ensino Profissional, quando integrado ao ensino regular	0,00(2)
2.5.2	Educação de Jovens e Adultos, quando integrado ao ensino regular	0,00(2)
2.5.3	Educação Especial, quando integrado ao ensino regular	0,00(2)
2.5.4	Despesas com obras, quando destinada ao ensino regular	0,00(2)
2.5.5	Outras despesas, quando destinadas ao ensino regular	0,00
2.5.5.1	Despesas com Ensino efetuadas em Consórcio Público e não consolidadas	0,00(2)
3	DEDUÇÕES (3.1+...+3.8)	6.782.441,74
3.1	Diferença positiva do FUNDEB	4.763.395,74(3)
3.2	Complementação da União ao FUNDEB	1.214.674,09(5)
3.3	Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00(5)
3.4	Despesas custeadas com superavit financeiro do exercício anterior	0,00(2)
3.5	Cancelamento, no exercício, de restos a pagar processados	0,00(2)
3.6	Restos a Pagar não-processados (Educação infantil e fundamental)	0,00(2)
3.7	Restos a pagar processados (Educação infantil e fundamental) inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos das fontes FUNDEB e Impostos vinculados ao ensino.	0,00(2)
3.8	Despesas custeadas com receitas vinculadas à manutenção do ensino (passíveis de dedução, por estarem consideradas no item 01 acima)	804.371,91
3.8.1	Salário Educação	497.146,93(2)
3.8.2	PDDE	960,00(2)
3.8.3	PNATE	250.726,00(2)
3.8.4	Outras despesas custeadas com recursos do FNDE	0,00(2)
3.8.5	Programa de Transporte Escolar A Caminho da Escola	0,00(2)
3.8.6	Despesas realizadas com recursos transferidos através de convênios/acordos/congêneres	0,00(2)
3.8.7	Outras despesas, quando destinadas ao ensino regular (Educação infantil e fundamental)	55.538,98
3.8.7.1	Despesas com recursos de precatório do FUNDEB	0,00(2)
3.8.7.2	Transferências Diretas - PENATE	55.538,98(2)



APÊNDICE VII
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
CÁLCULO DO LIMITE DE 25% COM A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
 (art. 212 da CF/88 e arts. 69, 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1996)
 Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix - Exercício 2017

Descrição		Valor (R\$)
3.9	Despesas indevidas com a MDE	0,00
4	TOTAL APLICADO NO SETOR DE ENSINO (2-3)	7.950.167,42
5	TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS - ENSINO	22.281.072,41(6)
6	PERCENTUAL APLICADO NA MDE (4/5x100)	35,68
7	PERCENTUAL APLICADO NA MDE EM 2013	27,76(9)
8	PERCENTUAL APLICADO NA MDE EM 2014	41,20(10)
9	PERCENTUAL APLICADO NA MDE EM 2015	32,46(10)
10	PERCENTUAL APLICADO NA MDE EM 2016	29,98(11)

Fontes de Informação:

- (1)Item 2.4.2 deste relatório (Despesa Realizada)
- (2)Demonstrativo de Receitas e Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (documento 15)
- (3)Apêndice VI deste relatório (Diferença Fundeb).
- (4)Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas, por fonte de recurso, com detalhamento das fontes ordinárias e vinculadas (documento 22)
- (5)Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).
- (6)Apêndice V deste relatório (RMA).
- (7)Processo de Prestação de Contas do Prefeito 2011
- (8)Processo de Prestação de Contas do Prefeito 2012
- (9)Processo de Prestação de Contas do Prefeito 2013
- (10)Sistema eTCE-PE (percentual após emissão de parecer prévio).
- (11)Processo de Prestação de Contas do Prefeito 2016

Documento Assinado Digitalmente por: JORGE LUIS PEREIRA PORTELA
 Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 69e138b5-8e57-4413-be91-bc7771767605



APÊNDICE VIII
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO
 (art. 60 da ADCT, art. 73 da Lei Federal nº 9.394/96, e art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007)
 Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix - Exercício 2017

Descrição		Valor (R\$)
1	PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	9.457.890,40(1)
2	DEDUÇÕES	0,00
2.1	Restos a pagar do FUNDEB 60% não-processados	0,00(2)
2.2	Restos a Pagar Processados do Fundeb 60% inscritos sem disponibilidade de recursos	0,00(1)
2.3	Despesas do FUNDEB 60% custeadas com superavit financeiro do exercício anterior	0,00(1)
2.4	Despesas indevidas com recursos do FUNDEB 60%	0,00(1)
3	VALOR LÍQUIDO PAGO AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (1-2)	9.457.890,40
4	RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	9.944.845,21(3)
5	PERCENTUAL APLICADO NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (3/4 x100)	95,10
6	PERCENTUAL APLICADO EM 2013	67,74(6)
7	PERCENTUAL APLICADO EM 2014	96,12(7)
8	PERCENTUAL APLICADO EM 2015	94,18(7)
9	PERCENTUAL APLICADO EM 2016	74,11(8)

Fontes de Informação:

- (1) Demonstrativo de Receitas e Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (documento 15)
- (2) Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (documento 28)
- (3) Apêndice VI deste relatório (Diferença Fundeb).
- (4) Processo de Prestação de Contas do Prefeito 2011
- (5) Processo de Prestação de Contas do Prefeito 2012
- (6) Processo de Prestação de Contas do Prefeito 2013
- (7) Sistema eTCE-PE (percentual após emissão de parecer prévio).
- (8) Processo de Prestação de Contas do Prefeito 2016

Documento Assinado Digitalmente por: JORGE LUIS PEREIRA PORTELA
 Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 69e138b5-8e57-4413-be91-bc7771767605



APÊNDICE IX
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
CÁLCULO DO LIMITE DO SALDO DA CONTA DO FUNDEB

(Lei nº 11.494/07, art. 21, § 2.º)
 Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix - Exercício 2017

Descrição		Valor (R\$)
1	RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	9.944.845,21(1)
2	DESPESAS DO FUNDEB	12.398.380,78(2)
3	DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (3.1+...+3.4)	0,00
3.1	Restos a Pagar não Processados do FUNDEB	0,00(2)
3.2	Restos a Pagar Processados do FUNDEB sem disponibilidade de recursos	0,00(2)
3.3	Despesas do FUNDEB custeadas com superavit financeiro do exercício anterior	0,00(2)
3.4	Despesas do FUNDEB custeadas com precatórios do FUNDEB	0,00(2)
4	DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE MÁXIMO DE 5% (2-3)	12.398.380,78
5	% DO FUNDEB NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO 100 - (4/1)*100	-24,67

Fontes de Informação:

(1) Apêndice VI deste relatório (Diferença Fundeb).

(2) Demonstrativo de Receitas e Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (documento 15)

Documento Assinado Digitalmente por: JORGE LUIS PEREIRA PORTELA
 Acesse em: <https://tce.te.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 69e138b5-8e57-4413-be91-bc7771767605



APÊNDICE X
REPASSE DO DUODÉCIMO À CÂMARA DE VEREADORES
LIMITES (caput do art. 29 – A, da CF/88, e LOA) e CONFRONTO
 Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix

Descrição	Valor (R\$)
1 RECEITA TRIBUTÁRIA	1.688.274,78
1.1 IPTU	107.683,45(1)
1.2 ISS	631.133,23(1)
1.3 ITBI	53.417,82(1)
1.4 IRRF (retido pelo Município)	512.521,24(1)
1.5 Taxas	35.176,05(1)
1.6 Contribuições de Melhoria	0,00(1)
1.7 COSIP	346.288,98(1)
1.8 Multa e Juros de natureza tributária	2.054,01(1)
2 TRANSFERÊNCIAS	21.672.872,60
2.1 Cota IOF - Ouro	0,00(1)
2.2 Cota ITR	3.520,43(1)
2.3 Cota IPVA	289.583,89(1)
2.4 Cota ICMS	3.523.616,88(1)
2.5 Cota IPI	5.878,70(1)
2.6 Cota FPM - Parcela Mensal (CF, art. 159, I, b)	16.659.126,14(1)
2.7 Cota FPM - Parcela extra do mês de dezembro (CF, art. 159, I, d)	691.846,63(1)
2.8 Cota FPM - Parcela extra do mês de julho (CF, art. 159, I, e)	491.674,01(1)
2.9 Cota ICMS - Desoneração	7.625,92(1)
2.10 CIDE	0,00(1)
3 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	39.158,94
3.1 Dívida Ativa Tributária (Principal)	37.716,03(1)
3.2 Dívida Ativa Tributária (Multas e Juros)	1.442,91(1)
4 RECEITA EFETIVAMENTE ARRECADADA EM 2016 (1+2+3)	23.400.306,32
5 Percentual estabelecido para o Município de acordo com a população	7,00(2)

Confronto	
A. Valor do 1º Limite = (4 x 5)	1.638.021,44
B. Valor do 2º Limite (Despesa Autorizada para Câmara em 2017)	1.700.000,00(3)
C. Valor repassado ao Legislativo (incluindo os inativos)	1.643.631,48(4)
D. Gastos com inativos	0,00(5)
E. Valor repassado ao Legislativo (sem os inativos) = (C-D)	1.643.631,48
F. Valor permitido (menor dos valores = A ou B)	1.638.021,44
G. Diferença entre o valor permitido e o valor repassado = (F-E)	5.610,04

Fontes de Informação:

- (1) Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior nº 17100035-3.
- (2) Constituição Federal, art. 29-A, e IBGE (população estimada para o exercício corrente)
- (3) Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada do município (Anexo 11 da Lei Federal nº 4320/64 (documento 18)
- (4) Demonstrativo que evidencie os repasses de duodécimos feitos à Câmara Municipal (documento 47)
- (5) Relatório de Gestão Fiscal 3º Quadrimestre da Câmara Municipal de Camocim de São Félix 2017 (documento 53)



APÊNDICE XI
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 Fundo Municipal de Saúde - FMS
 (Arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 24 e 33 da LC nº 141/2012, e portaria STN nº 407/2011)
 Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix - Exercício 2017

Descrição		Valor (R\$)
1	DESPESAS COM SAÚDE	8.128.302,77
1.1	Atenção Básica	2.409.828,51(1)
1.2	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.233.591,16(1)
1.3	Suporte Profilático	152.714,48(1)
1.4	Vigilância Sanitária	65.344,07(1)
1.5	Vigilância Epidemiológica	155.691,97(1)
1.6	Alimentação e Nutrição	0,00(1)
1.7	Outras subfunções	1.111.132,58(1)
1.8	Despesas com Saúde do FMS efetuadas em Consórcio Público e não consolidadas	0,00(2)
2	(-) DEDUÇÕES	3.366.778,55
2.1	Despesas com inativos e pensionistas	0,00(1)
2.2	Despesa com ASPS sem caráter universal	0,00(1)
2.3	Despesas custeadas com outros recursos da saúde	3.366.778,55
2.3.1	Despesas pagas com Recursos de Transferências para Saúde	3.366.778,55(3)
2.3.2	Despesas pagas com Receita de Serviços de Saúde	0,00(1)
2.3.3	Despesas pagas com Outros Recursos	0,00(1)
2.4	Despesas indevidas em ações e serviços públicos de saúde	0,00(1)
2.5	Cancelamento de restos a pagar processados, no exercício	0,00(4)
2.6	Restos a Pagar não processados sem disponibilidade de caixa	0,00(5)
3	DESPESAS PRÓPRIAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - recursos oriundos do FMS (01. - 02.)	4.761.524,22
4	RMA Saúde (acumulado dos exercícios anteriores)	8.984.786,77
4.1	RMA Saúde (2014)	2.805.388,56(6)
4.2	RMA Saúde (2015)	2.904.104,08(6)
4.3	RMA Saúde (2016)	3.275.294,13(6)
5	Montante aplicado em ASPS (acumulado dos exercícios anteriores)	12.240.855,63
5.1	Montante aplicado em ASPS (2014)	6.229.904,57(7)
5.2	Montante aplicado em ASPS (2015)	3.076.278,86(8)
5.3	Montante aplicado em ASPS (2016)	2.934.672,20(6)
6	Montante acumulado não aplicado em exercícios anteriores	340.621,93
6.1	Em 2014 (04.01.-05.01.)	0,00
6.2	Até 2015 (04.02.+06.01.-05.02.)	0,00
6.3	Até 2016 (04.03.+06.02.-05.03.)	340.621,93
7	TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - Recursos do FMS após vinculação de transferências (03. - 06.)	4.420.902,29
8	TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS - SAÚDE	20.856.157,58(9)
9	PERCENTUAL APLICADO (07. / 08.) x 100	21,20



APÊNDICE XI
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 Fundo Municipal de Saúde - FMS
 (Arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 24 e 33 da LC nº 141/2012, e portaria STN nº 407/2011)
 Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix - Exercício 2017

Descrição		Valor (R\$)
10	PERCENTUAL APLICADO EM 2013	23,34(10)
11	PERCENTUAL APLICADO EM 2014	33,31(11)
12	PERCENTUAL APLICADO EM 2015	15,89(11)
13	PERCENTUAL APLICADO EM 2016	13,44(12)

Fontes de Informação:

- (1) Demonstração da despesa realizada, em projetos e atividades, nas respectivas funções e programas (documento 21)
- (2) Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas (documento 21)
- (3) Demonstrativo das Receitas e Despesas com ações e Serviços de Saúde (documento 16)
- (4) Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos - exercícios anteriores (documento 30)
- (5) ANEXO V do RGF 2017 CAMOCIM retificado (documento 56)
- (6) Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior
- (7) Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício 2014.
- (8) Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício 2015.
- (9) Apêndice V deste relatório (RMA).
- (10) Processo de Prestação de Contas do Prefeito 2013
- (11) Sistema eTCE-PE (percentual após emissão de parecer prévio).
- (12) Processo de Prestação de Contas do Prefeito 2016